

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais – CNM

VALÉRIA FLORES BENETTI

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA
(OTCA) NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Florianópolis, 2014

VALÉRIA FLORES BENETTI

**O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA
(OTCA) NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Marcos Alves Valente

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Sustentável

Florianópolis, 2014

VALÉRIA FLORES BENETTI

**O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA
(OTCA) NA BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,0** à aluna Valéria Flores Benetti, na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação desse trabalho.

Prof. Marcos Alves Valente

Bruno Lorenzi Cancelier Mazzucco

Diego Carlos Batista Sousa

Florianópolis, 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois foi ele que me permitiu alcançar esta conquista.

Agradeço a minha mãe, Terezinha Flores e ao meu pai Luís Benetti por todo o amor que sempre dedicaram a mim, sem vocês eu nada seria. Agradeço por serem meus maiores incentivadores. São vocês o meu maior exemplo.

Agradeço meu namorado, Henrique, a feliz surpresa, com quem eu amo compartilhar os meus momentos. Agradeço também por seu amor e companheirismo nesta etapa da minha vida.

Agradeço a todos os amigos que de uma forma ou de outra contribuíram para que esta caminhada viesse a ser a mais prazerosa possível.

Aos amigos e colegas de curso, quais trilharam esse caminho comigo, do início ao fim.

Ao meu professor Dr. Marcos Alves Valente, pela paciência, apoio, ensinamentos e orientação no decorrer deste trabalho.

Agradeço a todos os professores da UFSC que compartilharam ao longo desta Graduação sua sabedoria.

Por fim, agradeço a todos aqueles que torceram por mim ao longo desses 4,5 anos.

RESUMO

O presente trabalho objetiva a compreensão acerca das iniciativas adotadas pelo Brasil, que detêm importância estratégica dado suas riquezas naturais, destinadas a responder aos desafios globais ligados à problemática ambiental. Para tanto, os esforços serão voltados à exposição da forma como a Organização Internacional de Cooperação Amazônica (OTCA) incorpora a temática do desenvolvimento sustentável na sua agenda. O surgimento deste ator, deu-se em decorrência da necessidade de articulação de ações visando o equilíbrio entre o desenvolvimento e o meio social e ambiental. Com base nos projetos e programas apoiados e desenvolvidos pela Organização, busca-se o fortalecimento da busca pelo desenvolvimento sustentável da região amazônica. A relevância do trabalho portanto, justifica-se pela necessidade de resposta aos desafios globais ligados ao meio ambiente.

Palavras-chave: OTCA, desenvolvimento sustentável, meio ambiente, cooperação internacional.

LISTA DE SIGLAS

AAPR	Amazon - Andes-Pacific Route
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACTT	Amazon - Caribbean Tourism Trail
ADT	Análise de Diagnóstico transfronteiriço
AECA	Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica
AM	Estado da Amazônia
AWR	Amazon Water Route
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCA	Conselho de Cooperação Amazônica
CCOOR	Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEAIA	Comissão Especial de Assuntos Indígenas
CECTA	Comissão Especial de Ciência e Tecnologia
CEEDA	Comissão Especial de Educação
CEMAA	Comissão Especial de Meio Ambiente
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CESA	Comissão Especial da Saúde da Amazônia
CETURA	Comissão Especial de Transporte, Infraestrutura e Comunicações
CETURA	Comissão Especial de Turismo
CNP	Comissões Nacionais Permanentes
COICA	Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
DGIS	Cooperação Internacional dos Países Baixos
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIRH	Manejo Integrado de Recursos Hídricos
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAE	Programa de Ações Estratégicas
PEA	Plano Estratégico de Ação
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Programa Regional Amazônia
REDDES	Programa Temático do Desflorestamento e Degradação Florestal e Melhoramento dos Serviços Ambientais
SP	Secretaria Permanente
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo Geral	10
1.1.2	Objetivos Específicos	10
1.2	JUSTIFICATIVA	10
1.3	METODOLOGIA	11
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O EMERGIR DA QUESTÃO AMBIENTAL	13
2.1.1	Antecedentes históricos	13
2.1.2	Evolução do movimento ambientalista	16
2.1.2.1	O Clube de Roma – 1972	16
2.1.2.2	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – 1972	17
2.2	NOVOS VALORES: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
2.2.1	O conceito de desenvolvimento	18
2.2.2	O crescimento econômico	19
2.2.3	O conceito de Desenvolvimento sustentável	21
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA	25
3.1	O PERFIL DO ESPAÇO AMAZÔNICO	26
3.1.1	Biodiversidade	27
3.1.2	Diversidade cultural	28
3.1.3	Potencial energético	32
3.2	A GOVERNANÇA DO ESPAÇO AMAZÔNICO	34
3.2.1	O Plano de Ação: O TCA	37
3.3	O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA E A SUA POSTERIOR TRANSFORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL	38
3.3.1	O contexto de surgimento e desenvolvimento do TCA	38
3.3.2	Avanços: do TCA à criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA	45
3.3.2.1	A estrutura institucional	47
3.3.2.1.1	<i>Secretaria Permanente</i>	47
3.3.2.1.2	<i>Coordenações</i>	48
3.3.2.1.3	<i>Reunião dos Presidentes</i>	50
3.3.2.1.4	<i>As Instâncias</i>	50
3.3.2.1.5	<i>O Plano Estratégico 2004 – 2012</i>	53
3.3.2.1.6	<i>A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica – AECA</i>	53
4	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO AMBITO DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA	55
4.1	AS PROPOSIÇÕES INICIAIS	55

4.2	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS AÇÕES DA OTCA	57
4.2.1	O Plano Estratégico	58
4.2.2	A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica	64
4.3	O QUADRO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO	70
4.3.1	O Projeto Monitoramento do Desflorestamento, Aproveitamento Florestal e Mudanças de Uso do solo na Floresta Pan Amazônica	70
4.3.2	O Projeto GEF Amazonas	70
4.3.3	O Projeto Sistemas de Vigilância em Saúde Ambiental na Região Amazônica	72
4.3.4	Programa Regional Amazônia – PRA	72
4.3.5	Programas demonstrativos nos Países Membros	73
5	CONCLUSÕES	75
	ANEXOS	77
	REFERÊNCIAS	80

1 INTRODUÇÃO

As relações de produção e de acúmulo de riquezas demonstraram nos últimos anos a interferência que o ser humano vem causando na natureza em busca ao atendimento das suas necessidades. As mudanças ocorridas no cenário global, decorrentes do aumento da velocidade de degradação do espaço natural, trataram de tornar a preservação do meio ambiente alvo das discussões internacionais.

Este trabalho está centrado no estudo da necessidade de ação conjunta dos países, na intenção de responder aos desafios globais ligados ao desenvolvimento sustentável. O Brasil desempenha papel preponderante frente aos demais países. Sua extensão geográfica abriga parte da região Amazônica que representa grande dimensão continental, que oferece vasta floresta tropical e disponibiliza inúmeros recursos naturais. Afinal, quais as iniciativas adotadas por este país destinadas a defesa deste rico território? O planeta está atravessando períodos de intenso crescimento econômico, que vem causando mudanças drásticas no ambiente natural.

A euforia do debate ambiental instaura a emergência de um novo paradigma de valores. Torna-se cada vez mais atual o conflito existente entre a relação homem-natureza. Entretanto, surgem no cenário global novos atores voltados à conscientização de que os recursos naturais necessitam ser utilizados com responsabilidade. Dentro deste contexto, tentativas de cooperação internacional voltada a ações conjuntas de defesa da região são buscadas. Assim, torna-se tão importante a iniciativa de quaisquer que venham as formas de cooperação entre os países que comportam o espaço amazônico, onde detém o Brasil uma importância a ser considerada estratégica.

Assim, partindo da análise de documentos oficiais obtidos através do sítio eletrônico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o esforço do trabalho estará voltado a responder a seguinte questão: **De que forma a atual organização (OTCA), incorpora e vê a questão do Desenvolvimento Sustentável?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender os fundamentos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na tentativa de responder aos desafios globais do meio ambiente.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, partindo de uma revisão de literatura fundamental para a compreensão do tema;
- Expor a importância e/ou o tamanho da região Amazônica;
- Analisar a trajetória do TCA, partindo da assinatura de seu Tratado em 1978 até a posterior criação Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA);
- Investigar os avanços e a atual conjuntura da OTCA.

1.2 JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas, o debate mundial tem-se caracterizado por uma intensificação das questões ligadas ao uso responsável dos recursos naturais. De forma crescente, o assunto está sendo inserido na agenda prioritária dos países, acompanhado do interesse de cientistas, estudiosos e ambientalistas. Assim, criam-se novos espaços que permitem que o tema seja polemizado. Esse novo enquadramento, permite à amplificação de uma diversa gama de assuntos relacionados, gerando inúmeras oportunidades de detalhamento do tema dentro do espaço acadêmico. Com a explosão deste nos mais variados meios, há o crescente interesse dos acadêmicos em procurar compreender as formas que o levam a tal fim.

Desta forma, compreender a disseminação dos mais novos conceitos que vem sendo utilizados, e saber identificar as regiões estratégicas tornou-se interesse geral. É neste contexto que surgem figuras com grande representatividade, responsáveis por, meio a ações conjuntas com outros países buscar o uso sustentável destes recursos.

Assim, há dois aspectos importantes que levaram ao desenvolvimento do presente trabalho. O primeiro deles está relacionado ao crescente interesse pelo tema em âmbito global.

O segundo, a necessidade de compreender quais são os atores voltados a buscar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais.

1.3 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho monográfico é compreender a forma como a OTCA incorpora a questão do desenvolvimento sustentável nos seus assuntos.

Depois de delimitado o que tratar neste estudo, recorreu-se a informações contidas principalmente no sítio da organização, quais foram posteriormente analisadas. Foram utilizadas também, periódicos, internet, documentos oficiais, além das fontes bibliográficas. Este conjunto de fontes contempla o levantamento de informações referente à temática ambiental, qual serve de alicerce para a construção do referencial teórico, e posteriormente, para o vislumbrar o objeto de pesquisa.

Exposto o objetivo do trabalho é possível de caracterizá-lo como tendo um caráter exploratório e documental. Exploratório, pois a partir da análise aproxima o entendimento do assunto em questão.

A definição de pesquisa exploratória é destacada por Gil (2002, p. 41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: a) levantamento bibliográfico; (...) c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967, p.63).

Este estudo apoiou-se na pesquisa bibliográfica para buscar atender a seus objetivos. Para Gil, “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). De acordo com o autor, grande parte dos estudos caracterizados como de natureza exploratória, assume a forma de pesquisa bibliográfica.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O capítulo inicial compreende a introdução, abrigando considerações acerca da pertinência do estudo. Neste, é ressaltado, o tema e o problema de pesquisa.

O segundo capítulo é destinado a exposição do referencial teórico, que versa os conceitos que serão explorados ao longo do trabalho.

O terceiro capítulo é dedicado as considerações acerca do espaço amazônico, onde serão expostos os elementos que tratam de dar ao Brasil o papel de representante estratégico.

O capítulo final abrangerá as iniciativas da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica na busca pelo desenvolvimento sustentável da região amazônica na tentativa de responder ao objetivo proposto neste trabalho.

Por fim, são expostas as conclusões acerca do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O EMERGIR DA QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental se tornou foco de discussão entre estudiosos, especialistas e líderes políticos ganhou enfoque a partir da década de 70 por meio das Conferências, Programas e Relatórios mundiais. Estes promoveram o surgimento de um novo conceito de valor e progresso antes não considerados.

Um fator pertinente a estudar é a maneira pelo qual o tema passou a se inserir neste debate. Para tanto, serão expostas considerações acerca do surgimento do movimento ambientalista global.

As ações da atividade humana aparecem como principal elemento responsável por danificar gravemente o meio ambiente. Diante disto, o discurso sobre a questão ambiental orienta também este trabalho em busca da compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável qual se faz tão presente no debate atual.

2.1.1 Antecedentes históricos

A dinâmica da economia brasileira pode ser caracterizada a partir de uma perspectiva histórica, onde o plano econômico e social da nação contém traços que representam o passado colonial. A colonização teria sido orientada para funcionar como uma empresa comercial, onde o objetivo voltava-se a fornecer produtos com significativo valor para a Metrópole. A gama de recursos naturais e riquezas existentes na região serviram de atração para os interesses da Coroa, e assim tirar proveito dos mesmos tornou-se o foco.

De acordo com Caio Prado:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que as antigas feitorias, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um vasto território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 31).

Ainda segundo ele:

(...) as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole; este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comercializar com o supérfluo no estrangeiro; que, finalmente, o povoamento e organização das colônias deve subordinar-se a tais objetivos, e não lhes compete se ocuparem em atividades que não interessem o comércio metropolitano (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 124).

O autor destaca que a economia brasileira surgiu da iniciativa de uma exploração comercial europeia voltada ao mercado externo, e que depois de três séculos de início do processo colonizador, permanecia a mesma como simples fornecedora de matérias primas destinada ao comércio internacional (PRADO JÚNIOR, 2000).

Portanto, torna-se elemento de grande importância refletir sobre o sentido da colonização brasileira, pois suas peculiaridades vieram posteriormente a facilitar a compreensão dos surtos de industrialização e seus desdobramentos.

Por trás deste contexto de exploração está o caráter comercial capitalista, que na busca por maiores volumes de acumulação de capital percorre regiões em busca de melhores condições para estabelecer seus comércios e indústrias. Sob essa forma o que se verifica é que cada região possui seus atrativos naturais, necessários para a sociedade capitalista se reproduzir. Foram essas regiões, cercadas de produtos tropicais que permitiram que a economia brasileira obtivesse um espaço concorrente no mercado externo, passando mais tarde a resultar em mudanças na história, e posteriormente, permitir que o processo de industrialização detivesse início.

A organização desse espaço, atrelada ao surgimento das inovações tecnológicas, foi possibilitando a aceleração das formas de reprodução. Possibilitou o aumento da quantidade de mercadorias disponíveis em nossa sociedade, e isso, graças ao instinto capitalista que não mediu esforços para ampliar suas formas de acumulação. Pode-se verificar que esse momento marcado por significativa multiplicação de mercadorias foi indispensável para o crescimento da economia brasileira.

É importante salientar, que estes períodos prolongados de intensa industrialização que trouxeram por um lado benefícios à economia, vieram tempo depois a resultar em uma relação conflituosa entre o homem e a natureza. A lógica de acumulação não considerava as reações adversas nela existente. Para Veiga (2010, p. 35) (...) “a artificialização, que tanto fez progredir a humanidade, ameaça seus próprios alicerces vitais, como um parasita que põe em risco a sobrevivência de seu hospedeiro. Só que tais alicerces não são mais que a epidemia do

planeta”. Assim, a natureza foi transformada em base material para a reprodução do capital, na medida em que se apropriava e dominava o espaço natural buscando a permanência de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, torna-se necessário ordenar e reordenar as relações existentes entre o homem e a natureza, além de tomar para si a consciência da capacidade que detém o meio natural de suportar as transformações que vem ocorrendo. Theys (1993 apud Sánchez, 2008) orientou esse ordenamento. Para o autor, faz-se necessário: (i) tentar determinar as condições de produção do melhor ambiente possível para o ser humano, renovando sem cessar as formas de apropriação da natureza, ou, (ii) tentar determinar o que é suportável pela natureza, estabelecendo, portanto, limites a ação da sociedade.

A sociedade é constituída por diferentes grupos que buscam construir um ambiente que melhor venha a satisfazer suas necessidades materiais. Para tanto, o homem preocupa-se apenas em assegurar um patamar de produção que o coloque em uma situação de bem estar. Estaria ele então negligenciando o problema.

Nesse sentido, Furtado (1974) expõe:

Refiro-me ao caráter predatório do processo de civilização, particularmente na variante desse processo engendrada pela Revolução Industrial. A evidencia a qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos processos irreversíveis de degradação do mundo físico. O economista limita seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico. (...) não se trata de especular se teoricamente a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar (FURTADO, 1974, p. 19).

A utilização descontrolada dos recursos naturais, portanto, visando à plena satisfação das necessidades humanas, através da expansão de suas atividades leva a modificação do espaço natural (SÁNCHEZ, 2008).

Essas modificações no mundo físico, dos quais Furtado (1974) faz ressalva, podem vir a ser interpretadas de tal forma como degradáveis. De acordo com Johnson (1997 apud Sánchez, 2008), essa degradação é geralmente causada por perturbações geradas pela espécie humana.

2.1.2 Evolução do movimento ambientalista

Neste tópico será abordado o estudo da evolução do debate ambiental e do surgimento do movimento ambientalista. Para tanto, será dado enfoque a ocorrência de dois eventos internacionais de suma importância dentro do debate global relacionado ao meio ambiente, que trataram de colocar a dimensão dos problemas ambientais na pauta dos assuntos internacionais. As primeiras considerações serão voltadas ao Clube de Roma, uma organização não governamental influente e conceituada, seguido da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, de 1972, qual ocorreu em Estocolmo - Suécia.

Segundo Sachs (2002), os primeiros passos firmes rumo ao desenvolvimento de uma política ambiental ocorreram neste período, face às exigências do movimento internacional e impulsionado pelos acontecimentos decorrentes da maneira pelo qual os recursos naturais vinham sendo utilizados, não considerados até então. Não seria uma trajetória simples, dado que não havia ações governamentais ou entidades voltadas à utilização dos recursos naturais de maneira menos agressiva.

2.1.2.1 O Clube de Roma – 1972

A relevância dada ao Clube de Roma está relacionada à proposta de recondução do crescimento econômico publicado no relatório intitulado de *The Limits to Growth*, no qual, foi questionado o estilo de desenvolvimento adotado pelos países desenvolvidos, baseado na má utilização dos recursos naturais. Havendo então a necessidade de conciliar o progresso com a conservação da natureza na tentativa de evitar uma tragédia ecológica. Ademais, esse documento era voltado para o debate de temas como energia, saneamento, poluição, saúde, ambiente, crescimento populacional, entre outros, os quais já eram considerados cruciais para a humanidade. Posteriormente, esse relatório veio a influenciar o debate da Conferência de Estocolmo no ano de 1972, “colocando a dimensão do meio ambiente na agenda internacional” (SACHS, 2002, p. 48).

2.1.2.2 Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – 1972

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano foi realizada em Estocolmo (Suécia), por sua vez, representou o primeiro grande debate voltado as questões relacionadas ao meio ambiente. Propôs ainda, a intensificação do debate acerca do desenvolvimento do planeta, preocupado com a qualidade de vida das populações.

O período que antecedeu a Conferência de Estocolmo caracterizado pela formação de dois grupos distintos de ambientalistas que divergiam quanto ao debate ligado às preocupações ambientais. A primeira corrente representada pelos ambientalistas mais radicais defendia o crescimento zero, a outra prezava pelo crescimento a qualquer custo. Por mais que tenham representado considerável influência para o debate, não causaram impacto suficiente para ir à frente, e foram assim descartadas.

A Conferência de Estocolmo contribuiu significativamente para que houvesse o aprofundamento dos questionamentos quanto à problemática ambiental. De acordo com Sachs (2004, p. 17), o desafio consistia em dar um novo enfoque as prioridades. Havia a necessidade de transformações em medida de urgência, requerendo assim de “uma mudança imediata de paradigma”.

“Nessa Conferência, começou a ser esboçado o conceito de eco desenvolvimento, que precedeu a noção hoje vigente de desenvolvimento sustentável” (SÁNCHEZ, 2008, p. 75).

2.2 NOVOS VALORES: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Temos observado que as discussões envolvendo os problemas ambientais se intensificaram nos últimos tempos. Como afirma Sachs (2002, p. 48), “a opinião pública tornou-se cada vez mais consciente tanto da limitação do capital da natureza quanto dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente, usado como depósito”.

Aqui, o objetivo é analisar o conceito de Desenvolvimento Sustentável tão mencionado atualmente. Para tanto, torna-se necessário compreender a transição do conceito de desenvolvimento para o conceito de desenvolvimento sustentável.

Partindo dos conceitos de crescimento, desenvolvimento, da explicação do adjetivo sustentável, e avançando para o conceito de desenvolvimento sustentável busca-se compreender sua transição.

2.2.1 O conceito de desenvolvimento

O início do debate em torno do tratamento a ser dado ao desenvolvimento emergiu em decorrência do contexto em que se encontravam os países desenvolvidos e em desenvolvimento décadas atrás. Houveram indícios de que por mais que o fenômeno do crescimento estivesse ganhando significativa proporção pelo mundo, não fez necessariamente com que as angústias daqueles menos favorecidos se reduzissem a menores proporções. As desigualdades sociais permaneciam em mesmos patamares (VEIGA, 2005).

O entendimento do que viria a ser o desenvolvimento é marcado por três correntes. A primeira corrente seria a chamada Fundamentalista. Para os defensores desta corrente, o desenvolvimento teria o mesmo significado do crescimento econômico. A sua mensuração seria dada com base no PIB per capita de um país, portanto seus limites estariam restringidos a esta medição. Nesse sentido, na construção de ideias, o desenvolvimento seria uma consequência natural do crescimento econômico, resultante do “efeito cascata” (SACHS, 2004, p. 26).

Furtado incorpora a ideia de que o desenvolvimento apareceria como algo oriundo da fantasia, uma mera ilusão. A segunda menção é feita, portanto a partir desta colocação. Analisar o mito para o autor serve de base para o entendimento do que realmente ocorre na sociedade. Havia a falsa ideia de que os frutos do desenvolvimento seriam capazes de se estender ao longo de todas as economias. “A função do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter¹ chamou de visão do processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido” (FURTADO, 1974, p. 7).

Para a gama de pensadores que diferentemente destas duas visões, vê em um “caminho do meio” até se chegar ao desenvolvimento, o caminho é mais arduo. A terceira corrente que completa a compreensão do que viria a ser o desenvolvimento consiste na hipótese de encontrar formas de expandir a liberdade, anulando a possibilidade de causar danos, decorrente das dificuldades encontradas frente à busca por formas adequadas de assegurar e de proteger sua qualidade de vida, é o principal meio para se chegar ao desenvolvimento. Essa expansão da liberdade se daria mediante a melhora do Índice de Desenvolvimento Humano, que seria uma forma de garantia de permanência do mesmo padrão de consumo ao longo do tempo (VEIGA, 2005).

¹ Joseph Alois Schumpeter (1883 – 1950) foi um Economista que tornou-se conhecido pela teoria da destruição criativa. Segundo essa teoria, o sistema capitalista se sustenta pelas constantes mudanças estruturais. Surgem novas tecnologias, e novos produtos, que acabam por substituir os antigos, dando a luz o surgimento de novos produtos.

A ideia central do que viria a ser o desenvolvimento e o crescimento foi exposto por Furtado (1974) e pode ser definido como sendo:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p.484).

Portanto, para Sachs (2004, p.13) o desenvolvimento consiste na compreensão de que seus objetivos contemplam mais do que a mera multiplicação da riqueza material. “O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo – a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural”. Ainda, por mais que venha a ser o crescimento necessário, “de forma alguma é ele suficiente”². É daí, decorrente sua principal diferença.

O autor afirma que no conceito de desenvolvimento estão inclusos objetivos que vão além, e são estes, que em sua concepção o difere do economicismo redutor.

A questão assim é apresentada por ele:

Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, no nosso mundo de abundância. (SACHS, 2004, p.14).

A busca por este objetivo deve portanto ser estimulada, deixando de pensar apenas nos frutos ligados a termos econômicos, e passar a pensar principalmente na qualidade de vida das populações.

2.2.2 O crescimento econômico

Segundo Veiga (2005, p. 125), não há dúvidas da mera importância que detém o crescimento para o processo de desenvolvimento. A ressalva que o autor faz é quanto à necessidade de separação entre uma coisa e outra. “No crescimento, a mudança é quantitativa, enquanto, no desenvolvimento, ela é qualitativa”.

A partir do modelo industrialista em vigor há certo tempo, a sociedade passou a olhar os acontecimentos a partir da metamorfose do crescimento. Buscou-se glorificá-lo, como se viesse a representar o bem estar da nação. Naqueles países em que primeiramente se manifestaram as benfeitorias do modelo houve em certa medida transformações, diferentes

²Ibid

dos países menos desenvolvidos quais foram marcados por consequências que tratam de colocá-los em situação de ainda mais atraso.

As discussões abrangendo a essência do crescimento não devem se voltar a Revolução Industrial. Não se pode descartar da história os esforços voltados a elevações das taxas de crescimento anteriores ao período. A significativa virada deveu-se ao fato das descobertas tecnológicas terem avançado, acompanhado do melhor acúmulo de capital.

Assim, de acordo com Sachs a concepção adotada nas decisões políticas e econômicas deveriam passar por uma mudança de paradigma onde novos conceitos de valor e progresso deveriam surgir. Sabe-se assim, que o crescimento econômico é necessário para o progresso das nações, entretanto uma estratégia de convívio harmônico com a natureza deverá surgir, de maneira “socialmente receptiva e implementada por métodos favoráveis ao meio ambiente” (SACHS, 2002, p. 52).

Essa importância em reconhecer os limites da atuação humana frente ao meio ambiente foi ressaltada por Sachs (1993) através do exposto epílogo da Declaração de Cocoyoc³, o qual segundo ele merece destaque:

Reconhecemos as ameaças tanto aos “limites internos” das necessidades humanas básicas como aos “limites externos” dos recursos físicos do planeta, mas também acreditamos que um novo sentido de respeito aos direitos fundamentais do homem e a preservação do nosso planeta está-se desenvolvendo por trás das furiosas cisões e confrontos de nossos dias. Temos fé no futuro da humanidade neste planeta. Acreditamos na possibilidade de modos de vida e sistemas mais justos, menos arrogantes em suas exigências materiais, mais respeitadores do ambiente planetário. O caminho à nossa frente não se assenta nem no desespero da simples contemplação da ruína nem no otimismo leviano de ajustes tecnológicos sucessivos. Baseia-se, sim, na delimitação cuidadosa e desapaixonada dos “limites externos”, na busca conjunta de modos de satisfazer os “limites internos” dos direitos humanos fundamentais, na construção de estruturas sociais que os expressem e no paciente trabalho de invenção de técnicas e estilos de desenvolvimento que enriqueçam e preservem nossa herança planetária (SACHS, p.13, 1993).

Para Neder (1995), passado o período de euforia do crescimento econômico, hoje a humanidade encontra-se em fase de questionamento quanto às bases de sustentação desse crescimento. Passou-se a pensar nas consequências maléficas que vem acompanhando os surtos de crescimento. Faz o autor assim sua crítica quanto aos elementos responsáveis por ampliar a riqueza, argumentando que alguns valores devem ser respeitados.

Observa o autor alguns aspectos dessa valoração:

³ A Declaração de Cocoyoc é fruto da realização de um simpósio presidido por especialistas em Cocoyoc, no México. O simpósio foi organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUMA e pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD. O documento foi formulado através de oito páginas. Sua importância está por representar uma nova concepção da relação entre sociedade e natureza, atribuído através dos limites que deveriam passar a ser respeitados.

(...) a geração de riquezas (funcionamento das unidades produtivas no mercado) devem se subordinar: (i) aos limites ambientais do território (recursos hídricos, solo, subsolo, atmosfera são variáveis e mutáveis; o industrialismo deve se adaptar se a região é tundra; cerrado ou floresta amazônica); (ii) essa subordinação deve ser dirigida por uma concepção de manejo adequado dos recursos naturais de uma região (o consumo humano de recursos hídricos é anterior ao seu consumo pelas indústrias); esses dois requisitos, por sua vez estão subordinados; (iii) ao direito do indivíduo a cidadania (existência de um conjunto de direitos originados do Estado contratualista, dos direitos civis, e contemporaneamente, do estado do bem estar); e (iv) no atendimento dos quesitos anteriores deve ser preservado o direito da comunidade a qualidade de vida (NEDER, 1995, p. 58-59).

Através deste, pode-se observar, as modificações que vem ocorrendo no modelo dependente da industrialização que antes não considerava suas limitações. Esta dependência se expressava por meio do uso descontrolado dos recursos naturais, pensado somente da obtenção de riquezas.

2.2.3 O conceito de Desenvolvimento sustentável

Foi no ano de 1979, durante Simpósio das Nações Unidas sobre Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento que a expressão “desenvolvimento sustentável” foi inicialmente empregada. O desenvolvimento sustentável anunciou a emergência de um desafio para a humanidade onde possíveis soluções deveriam passar a ser pensadas. O que se verificou foi uma nova onda de valores ligada a formas de desenvolvimento atreladas a preservação da natureza.

A expressão passou a representar uma influência política, quando no ano de 1987 Gro Harlem Brundtland, presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a caracterizou como “conceito político” perante a Assembleia da ONU no ano de 1987 (VEIGA, 2006, p. 19). Foi esta a primeira aparição pública da expressão Desenvolvimento Sustentável. Nestes termos, “Nosso Futuro Comum” como ficou conhecido trouxe esclarecimentos quanto ao que significaria este conceito.

De acordo com a definição utilizada no Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável é *“aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas necessidades”* (NOSSO FUTURO COMUM, 1990).

Assim, de maneira geral a compreensão deste conceito volta-se a preocupação das relações do ser humano para com o meio social e ambiental, portanto para que todas as gerações da humanidade venham a usufruir dos benefícios que a natureza disponibiliza deveria haver o equilíbrio entre ambos.

Embora tenha esse momento como marco de sua conceituação, a noção de desenvolvimento sustentável representou uma evolução de conceitos anteriormente elaborados, sendo o principal deles o "eco desenvolvimento", qual vinha sendo defendido desde 1972, ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (SACHS, 2004).

Nesse sentido, a transição do conceito de desenvolvimento para o desenvolvimento sustentável foi exposta por Sachs (2004):

Podemos resumir a evolução da ideia de desenvolvimento, no último meio século, apontando para a sua complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável – e, o que é mais importante, pelas novas problemáticas (...) (SACHS, 2004, p.37).

A respeito da colocação da noção de desenvolvimento sustentável ser uma evolução do conceito de eco desenvolvimento, é importante na visão de Layargues (2007) a compreensão de que a partir de breve análise dos estilos de desenvolvimento, pode-se ater as diferenças existentes entre um conceito e outro, não representando desta forma a tal evolução.

Para o autor, apesar de coexistir a semelhança de preocupação com as gerações futuras como principal princípio ético e a criação de uma sociedade sustentável como meta principal, não vem estes a serem argumentos suficientes para que se interpretem os conceitos como sinônimos.

(...) enquanto o eco desenvolvimento postula com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza.

Enquanto o eco desenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna, e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo.

Enquanto o eco desenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas (LAYARGUES, 2007, p. 6).

Nesse sentido, é interessante observar que o autor faz a distinção entre ambos os conceitos, como forma de identificar a evolução para o desenvolvimento sustentável.

A intenção de alguns estudiosos a partir de então passa a ser a preocupação de conscientizar a humanidade para a necessidade de se pensar no círculo de pobreza e desigualdades que estariam a se formar. A proposta seria passar a usufruir daquilo que trataria de satisfazer as necessidades presentes da humanidade, sem o rico de as gerações futuras não pudessem vir a poder usufruí-las da mesma forma, dado a sua indisponibilidade.

A partir dessa definição de desenvolvimento sustentável, e, portanto desta nova lógica global pode-se observar algumas colocações de essencial importância observadas por Capra (2005). O autor constata que por mais que o conceito de desenvolvimento sustentável tenha emergido e se tornado parte do vocabulário diário da humanidade, não há indícios de que a forma como buscar essa forma sustentável tenha assim também sido exposta para com a humanidade. É de maiores esclarecimentos quanto a esse conceito de desenvolvimento sustentável que segundo ele necessitamos.

Um elemento para qual o autor chama atenção é a necessidade de passarmos a enxergar que nada de novidade precisa ser criado. Basta adequar o espaço e torná-lo equilibrado para com o convívio da humanidade, assim, aproveitando o que o espaço natural tem a oferecer, porém o utilizando com consciência. A natureza é a responsável por “manter a vida” (CAPRA, 2005, p. 20) daqueles que no planeta terra convivem. Este o fator chave da compreensão necessária a humanidade, chamada assim de “sustentabilidade ecológica”.

No que se refere à preocupação com as gerações futuras, Sachs (2002) faz sua exposição de forma brilhante. Considera ele que independente da abordagem, “eco desenvolvimento ou desenvolvimento sustentável”, permanece vigorando a esfera social, ambiental e econômica nas distintas conferências e encontros, mesmo passados tantos anos. E ainda, que sua recomendação de objetivos permanecia a abranger as oito dimensões apresentadas: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Essa nova filosofia que implica adotar formas sustentáveis de desenvolvimento envolve a questão de cooperação global. Há necessidade de adoção de métodos que possibilitem uma postura que altere os padrões de consumo e reduza a degradação do ambiente que vivemos, pelos diversos ângulos de países que compõem o globo, o que compete que “o paradigma necessita ser completamente mudado” (SACHS, 2002, p. 58), para que com isto a conscientização ambiental percorra o mundo.

O desfecho da história tem demonstrado a relação conflituosa existente entre o fenômeno do desenvolvimento com o crescimento econômico. Os frutos oriundos da crescente produção de mercadorias destinadas à satisfação das necessidades humanas necessitam da extração das benfeitorias que a natureza disponibiliza.

Isso significa dizer que os recursos estariam sendo usados em maior proporção, na medida em que a necessidade de extração aumenta. Este fato passa a exigir uma postura diferente. A sociedade deve atentar-se para a realidade catastrófica que está a se construir, e atentar-se para o uso do adjetivo “desenvolvimento sustentável”. O futuro da humanidade,

embora a primeira vista esteja garantido merece atenção para a forma quanto à disposição que está tomando o homem perante a natureza.

Segundo Veiga (2007):

(...) será necessário que as sociedades contemporâneas assumam uma agenda ambiental com doze graves desafios. Quatro decorrem de destruições ou perdas de recursos naturais: habitat, fontes proteicas, biodiversidade e solos. Três batem em limites naturais: energia, água doce e capacidade fotossintética. Outros três resultam de artifícios nocivos: químicos tóxicos, espécies exóticas e gases de efeito estufa ou danosos a camada de ozônio. E os dois últimos concernem às próprias populações humanas: seu crescimento e suas aspirações de consumo (VEIGA, 2007, p. 67-68).

Questão fundamental portanto, é ater-se para uma série de elementos que poderiam vir a agravar os problemas ambientais. E a partir disto, buscar formas que venham a reduzi-los.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA

Ao fazer-se um balanço do cenário internacional certamente, um lugar de destaque é reservado às questões de cunho ambiental. Com efeito, merece destaque o papel que desempenha a Região Amazônica dentro da esfera global.

“De uma perspectiva ambiental, a escala Pan Amazônica⁴ é global, na medida em que as alterações em seu sistema ecológico têm efeito sobre todo o planeta” (HURRELL, 1992 apud RAVENA; CAÑETEI, 2007).

Trata-se, de uma região cercada de riquezas naturais. Ao longo da história os acontecimentos demonstraram a importância que detêm estas para a humanidade. O mundo carece de elementos que venha a levá-lo a uma situação de prosperidade, e a rigor, não há novidades a respeito dos benefícios que estas riquezas podem vir a proporcionar.

Essa rica extensão de riquezas disponível em seu território despertou olhares por todos os lados. Esse interesse de diversas regiões perante o território expressou a necessidade de cooperação entre as diversas regiões que compõem este rico território buscando a sua defesa.

O objetivo geral deste capítulo é o de expor a lógica da região Amazônica, atentando-se para as inúmeras riquezas qual dispõe. Isto no intuito de verificarmos o porquê desta região representar grande importância dentro do globo. Essa constatação faz-se necessária para compreendermos mais à frente o principal objeto desse estudo – o surgimento de atores buscando conscientizar a humanidade de que os recursos disponíveis nesta região devem ser utilizados de maneira sustentável.

⁴ O termo Pan Amazônia faz referência à totalidade da região amazônica e não apenas sua porção nacional em qualquer país. A mesma pode também ser chamada de Grande Amazônia, Amazônia Continental, Amazônia Sul Americana, Amazônia Internacional.

3.1 O PERFIL DO ESPAÇO AMAZÔNICO

O espaço amazônico representa uma abrangência territorial que totaliza “6,5 milhões de quilômetros quadrados” (RAMIRES, 2010, p. 2). Qual contempla um conjunto de oito países do globo, entre eles: Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana (RAMIRES, 2010). No que concerne este imenso território, grande parte encontra-se em terras brasileiras. Por essas razões ganha o Brasil papel de ator central, diante das discussões envolvendo a temática ambiental.

Por sua vez, a forma como é vista globalmente expressa o estabelecimento de uma visão positiva a seu respeito. Assim dizendo, passa a ser vista como um símbolo acumulado de riquezas que pode trazer a humanidade grande bem estar.

Nas palavras de Antiqueira:

(...) uma forte função simbólica, materializada no discurso geográfico que visava atribuir ao território um caráter natural, como se fosse uma dádiva, uma unidade dada pela natureza e não construída na história (ANTIQUEIRA, 2006, p. 23).

Esta colocação vem a reforçar a exposição do papel estratégico lhe atribuído para a sobrevivência da humanidade, onde sua essência representa uma origem natural, e, portanto, deve ser preservada.

Dentre os Estados que contemplam a área da Bacia Amazônica brasileira, qual é conhecida como Amazônia Legal⁵ está: Acre, Amapá, Amazonas, Para, Rondônia, Roraima, parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão (RAMIRES, 2010).

Vale ressaltar que o estabelecimento da Amazônia como parte do território brasileiro, deveu-se a critérios de ocupação estabelecidos entre Portugal e Espanha no século XVI. Nas suas disputas, esta região inicialmente não significou nada mais do que mero aumento de território em seu poder, assim, não houve iniciativa de desenvolver a região e colher seus frutos (ANTIQUEIRA, 2006).

⁵ O termo Amazônia Legal passou a ser utilizado para o território criado em decorrência do artigo 199 da Constituição de 1946, regulamentado pela Lei 1/806, de 1953 (Procópio, 1992).

3.1.1 Biodiversidade

No entendimento de suas riquezas, o espaço amazônico abriga uma rica biodiversidade, a maior da Mata Atlântica qual é fundamental para a permanência da espécie humana no planeta.

Por biodiversidade, compreende-se

A biodiversidade é um estoque de elementos vivos e suas interações, que dão suporte a todas as atividades econômicas. Cumpre um papel estratégico. Sua reprodução é essencial para a existência da vida na Terra, inclusive a vida humana (CASTRO, 2007, p. 65).

Neste espaço, é possível verificar a convivência em harmonia de diversas espécies vivas do planeta que contemplam a flora e a fauna da região. Pode haver o encontro com 1.200 espécies conhecidas de aves. Só num raio de 150 km de Manaus é possível encontrar 800 delas, mais do que nos Estados Unidos e Canadá juntos (que têm 700). E ocorre o mesmo com os peixes: o número de espécies descritas na Amazônia (mais de 2 mil) é dez vezes maior que o de toda a Europa – apenas 200. Só no Lago Catalão, entre o Rio Negro e Solimões, em frente a Manaus, há 300 espécies conhecidas, segundo os especialistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Só de anfíbios são 250 espécies catalogadas, ante as 81 da Europa. Os mamíferos são 311, com mais de 70 espécies de macacos e 122 de morcegos. As abelhas são três mil; borboletas e lagartas, 1.800. Porém, apesar de toda essa variedade de espécies, há ainda muito a ser descoberto (ESCOBAR, 2007).

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, associando variados ecossistemas.

“Composta de inúmeras e diferentes florestas e outros tipos de vegetação: florestas de várzeas, igapós, cerrados, lavrados e até caatinga. As águas são múltiplas - brancas ou barrentas escuras ou pretas e, ainda esverdeadas ou azuis -, assim como a topografia, os solos e os povos que lá habitam” (CASTRO, 2007, p. 24).

Meio a estes números detentores de grande representatividade, é possível perceber quão diversificado é o espaço amazônico. A floresta amazônica dentro deste espaço aparece como um “todo poderoso”, considerando a capacidade que detém para a estabilização ambiental do planeta. Essa constatação é feita por Castro:

A floresta amazônica, que lhe da personalidade e é a principal parte do território (3,7 milhões de km²), coexiste com cerrados, campos e caatingas, formando um conjunto que abarca 4,2 milhões de km². A própria floresta, como vimos, e um conjunto de florestas muito diferentes entre si: florestas de terras secas, de várzeas, mangues, igapós além das áreas de transição (CASTRO, 2007, p. 24).

Em razão das potencialidades que dispõe a Floresta Amazônica representa uma região promissora para as atividades farmacêuticas.

A respeito dessa potencialidade, Zanetti em seu estudo sobre indicadores para a avaliação do manejo florestal sustentável na Amazônia, expõe:

(...) as florestas tropicais produzem madeira de quase oito mil espécies de árvores de alta, média e baixa densidade, com cores, desenhos e componentes únicos, com diferentes fragrâncias, óleos terapêuticos, plantas medicinais e afrodisíacas, colorações; assim como castanhas, látex, frutas, fármacos etc. Também oferece serviços como limpeza do ar, da água, manutenção unidade, estruturação e proteção os solos, beleza cênica, locais de meditação, parques de esporte, lar para outras espécies, identidade regional e outros (ZANETTI, 2012, p. 43).

Essas plantas medicinais são plantas onde estão contidas substâncias com propriedades terapêuticas capazes de criar soluções para certas doenças. Usadas desde os tempos pré-históricos pelos povos que aqui viviam, são hoje objeto de desejo de pesquisadores, laboratórios e empresas produtoras de fármacos, com a finalidade de extrair suas propriedades medicinais.

3.1.2 Diversidade cultural

Ainda buscando identificar os elementos que a tornam estratégica, se faz menção a rica diversidade cultural existente na região. Isso implica em compreender alguns conceitos inclusos na dimensão de seu conceito. Assim, o entendimento da noção de cultura e identidade torna-se importante neste contexto.

Existem diversas compreensões a respeito destes conceitos. Cunha destaca que existem dois modos de compreendê-lo:

O primeiro a que poderíamos chamar, por simples conveniência, de *platônico*, percebe a identidade e a cultura como *coisas*. A identidade consistiria em, pelo menos como um horizonte almejado, ser *idêntica* a um modelo, e supõe assim uma essência, enquanto a cultura seria um conjunto de itens, regras, valores, posições etc. previamente dados. Como alternativa a esta perspectiva, pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em sumo, uma memória. A cultura não seria nessa visão, um conjunto de traços dados e sim a possibilidade de gera-los em sistemas perpetuamente cambiantes (CUNHA, 1994, p. 121-122).

A partir dessas distintas ideias acerca do entendimento dos conceitos de identidade e cultura, utilizaremos o segundo para compreender o porquê da importância da diversa gama de culturas existentes na região tratada.

A região Amazônica abriga grande diversidade cultural. “Nessa região vivem cerca de 180 povos indígenas, somando uma população de aproximadamente 208 mil indivíduos, além de 357 comunidades remanescentes de quilombolas e milhares de comunidades de seringueiros, ribeirinhos ou babaqueiros” (LOEBENS; CARVALHO, 2005, p. 237).

Sobretudo destaca-se o número de civilizações indígenas presentes. Essas civilizações demonstraram a importância que detém. Deixaram de ser vistos apenas como meio de mão de obra escrava para os interesses da colônia, para recentemente, se tornarem instrumentos de cobiça internacional.

Um aspecto qual deve ser tratado com atenção é a permanência dos povos indígenas na região do Brasil, ou seja, sua permanência demográfica que desde meados da década de 70 intensificou-se. É necessário se ater que estes por aqui permanecerão. Os índios venceram parte das barreiras de seus caminhos, os mesmos encontram-se agora perante o acesso a utilidades essenciais a suas vidas, quais anteriormente vinham a ser um dos maiores empecilhos à continuidade de suas vidas. Outro aspecto de grande importância é o fortalecimento da defesa dos direitos indígenas. Garantia de terras, apoio sanitário e apoio legal são alguns destes elementos (CUNHA, 1994).

Desde o começo, o grande número de populações indígenas concentrado em uma mesma região esteve atrelado à estratégia de leva-los a espaços onde houvesse disponibilidade recursos naturais.

Os números apresentados anos atrás, da disposição de áreas indígenas no Brasil contemplam que naquele ano (1993), existiam 519 áreas indígenas esparsas, que conjuntamente viriam a totalizar 10,52% do território nacional, com 895.577,85 km² naquele ano (CUNHA, 1994). Hoje, em números a região amazônica concentra 59,43% dos índios brasileiros que vivem em terras indígenas e apenas 16,09% dos indígenas que vivem nas cidades, distribuídos pelos estados que compõem a região (LOEBENS; CARVALHO, 2005). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da extensão territorial brasileira que representa cerca de 851 milhões de ha, ou seja, 8 515 767 km², aproximadamente 1 100 000 km² delas são ocupadas por terras indígenas, extensão considerada maior do que o território

da França (549 190 km²) e do Reino Unido (243 610 km²) juntos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA).

Ainda hoje grande parte dessas terras indígenas é tomada por invasores. Estes fazem uso das mesmas para atividades ligadas a agropecuária, a exploração de minérios, uso madeireiro e até mesmo para construção de rodovias e hidrelétricas. Como consequência há o afastamento dos índios de seus territórios, fato que faz com que se elevem os números de degradação ambiental dos territórios indígenas, e até extinção dos mesmos.

Além disso, detêm as populações indígenas amplo conhecimento das riquezas bioenergéticas existentes na região brasileira que envolve propriedades químicas e medicinais. Esse fato os coloca em situação de vulnerabilidade e preocupação, pois esse conhecimento sobre as propriedades existentes na flora é capaz de criar novos fármacos indispensáveis para o fortalecimento de muitas indústrias. Além disso, o processo de ocupação capitalista visando empossar-se de novas extensões de terras na busca de geração de lucros, também aparece como ameaça a esses povos.

A importância desses povos é assim expressa:

(...) mais do que a maioria dos países, é rico também em populações que conservam e desenvolvem conhecimentos sobre as espécies vivas. O que parecia pobreza, o pequeno número de indivíduos em cada sociedade indígena, a ênfase na diversidade de produtos e na exploração ampla dos recursos em vez de uma agricultura centrada em poucas espécies, revela-se agora um trunfo (CUNHA, 1994, p. 132).

Como dependem do meio natural para obter sua sobrevivência, esses povos possuem a percepção da necessidade de conservá-la e defendê-la. “As sociedades indígenas, vivendo em suas formas tradicionais e em territórios suficientemente amplos, têm preservado e enriquecido seu meio ambiente, já que dependem dele” (CUNHA, 1994, p. 133).

Diante deste fato ações vêm sendo desenvolvidas buscando a gestão territorial e ambiental dos espaços, como a elaboração e implantação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Estes são instrumentos de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão das terras indígenas, a promoção e apoio ao controle social e participação indígena nas políticas públicas socioambientais, a articulação com órgãos ambientais federais, estaduais e municipais para apoiar a gestão das terras indígenas em interface com outras áreas protegidas, a formação e capacitação de gestores indígenas e não indígenas, o apoio à implementação dos diferentes mecanismos de pagamento por serviços ambientais e o apoio a projetos de conservação e recuperação ambiental nas terras indígenas

voltados à gestão de resíduos sólidos, a recuperação de áreas degradadas, o manejo ambiental, dentre outros. Outras formas de incentivar o uso consciente dos recursos naturais por parte dos povos indígenas e por consequência garantir a melhora da qualidade de vida destes, é cada vez mais permitir a continua participação destes povos meio as políticas públicas e os encontros nacionais e internacionais existentes, o tornando assim, um representante das tomadas de decisões envolvendo seus assuntos (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2014).

A evidência da importância destes para nosso território levou a criação de decreto, no qual instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em constituição para garantir seus direitos, como a demarcação dos territórios indígenas e a redução das disparidades de raças. Assim, foram dispostas através do Decreto nº 7.747, de 5 de Junho de 2012 pela Presidenta da República, no Art. 3º - São diretrizes da PNGATI:

- I - reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena;
- II - reconhecimento e valorização das organizações sociais e políticas dos povos indígenas e garantia das suas expressões, dentro e fora das terras indígenas;
- III - protagonismo e autonomia sociocultural dos povos indígenas, inclusive pelo fortalecimento de suas organizações, assegurando a participação indígena na governança da PNGATI, respeitadas as instâncias de representação indígenas e as perspectivas de gênero e geracional;
- IV - reconhecimento e valorização da contribuição das mulheres indígenas e do uso de seus conhecimentos e práticas para a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais imprescindíveis para o bem-estar e para a reprodução física e cultural dos povos indígenas;
- V - contribuição para a manutenção dos ecossistemas nos biomas das terras indígenas por meio da proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais imprescindíveis à reprodução física e cultural das presentes e futuras gerações dos povos indígenas;
- VI - proteção territorial, ambiental e melhoria da qualidade de vida nas áreas reservadas a povos indígenas e nas terras indígenas;
- VII - proteção territorial e ambiental das terras ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato;
- VIII - implementação da PNGATI para povos e comunidades indígenas, cujas terras se localizam em área urbana, naquilo que seja compatível, e de acordo com suas especificidades e realidades locais;
- IX - proteção e fortalecimento dos saberes, práticas e conhecimentos dos povos indígenas e de seus sistemas de manejo e conservação dos recursos naturais;
- X - reconhecimento, valorização e desenvolvimento da gestão ambiental como instrumento de proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à reprodução física, cultural e ao bem-estar dos povos e comunidades indígenas;
- XI - garantia do direito à consulta dos povos indígenas, nos termos da Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto no 5.051, de 19 de abril de 2004;
- XII - reconhecimento dos direitos dos povos indígenas relativos a serviços ambientais em função da proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais que promovem em suas terras, nos termos da legislação vigente; e
- XIII - promoção de parcerias com os governos estaduais, distrital e municipais para compatibilizar políticas públicas regionais e locais e a PNGATI.

Através da formulação dessas diretrizes, o que se observa, é a crescente importância que vem sendo dada a estes povos. Considera suas capacidades para incorporar práticas sustentáveis e o direito a suas formas de vida.

Observa-se um importante elemento na análise desses povos. Por mais que não venham os indígenas a representar o volume de população mais expressivo se comparado com as demais, são eles, os que mais harmonizam suas capacidades para com o meio natural de forma correta (SOUSA, 2013).

3.1.3 Potencial energético

Para fazer-se a reflexão sobre a exposição do potencial energético da região, é importante inicialmente compreender a distinção entre os conceitos de alternativas energéticas e energia alternativa, para posteriormente analisar a sua importância neste tratamento.

Segundo a Cemig (2012), por alternativas energéticas compreendem-se todas as fontes energéticas classificadas como primárias, as tecnologias de transformação e conversão, que detém grande importância na constituição final do uso da eletricidade, do calor ou do movimento, ou ainda, a aquelas tecnologias quais estão associadas ao armazenamento, a automação e controle e eficiência energética. Diferentemente, as características que compreendem as energias alternativas são outras. Sua importância está em servir como fonte substitutiva. Na construção para fins nacionais ou empresariais o conceito utilizado é o de alternativas energéticas, ficando as energias alternativas destinadas a suprir os interesses dos consumidores. Algumas dessas formas energéticas podem aparecer como medidas mais sustentáveis.

O Brasil representa um espaço com grande potencial de recursos energéticos. Esse potencial é fundamental para a forma de vida da humanidade.

Como afirma Economides e Oligney (2010):

O conhecimento das fontes energéticas e das suas aplicações foi um fator decisivo para o desenvolvimento da civilização. Os ciclos de formação, apogeu e decadência de diversas civilizações ao longo da história estão relacionados diretamente com as respectivas capacidades em garantir o abastecimento regular de suas demandas energéticas (ECONOMIDES e OLIGNEY, p. 51 apud PEREIRA, 2010).

Portanto, as indústrias que abrangem essa linhagem foram responsáveis por significativa parcela no crescimento dos países. Esse fato faz com que um olhar estratégico venha a ser voltado para as regiões que assim então possam fornecer esses meios de enriquecimento.

O petróleo é a fonte da atual geração, e assim, o foi também tempos atrás. Esse caráter estratégico está exposto em diversos estudos. Ainda segundo o autor:

Com tamanha relevância econômica, o petróleo não poderia deixar de ganhar o caráter de estratégico para as sociedades e para seus respectivos Estados nacionais. A esse respeito, basta recordar que a ascensão de norte-americanos e soviéticos à condição de superpotências no II pós-guerra não pode ser desvinculada do fato de que possuíam soberania sobre jazidas de grande porte e/ou controlavam acessos àquelas localizadas em outros territórios (ECONOMIDES e OLIGNEY apud PEREIRA, 2010, p. 51).

A longo prazo a disponibilidade de recursos existentes na região seria capaz de substituir as formas de energias tão poluentes hoje dominantes, abrindo caminho para uma civilização chamada sustentável. “Uma indústria capaz de produzir equipamentos para produção de etanol e para a produção de biodiesel, (...) estão aqui presentes para avançar nesse caminho” (SACHS, 2005, p. 201).

Essas energias alternativas expostas pelo autor, conhecidas como energias da biomassa representam formas mais limpas de energia. Minimizam os problemas ligados à emissão de gases na atmosfera, além de serem classificadas como renováveis. Característica contrária aos conhecidos combustíveis fósseis.

Nos últimos anos do século XX e na primeira década do século XXI, preocupações com o fim das reservas de petróleo, mudanças climáticas e criação de uma economia sustentável trouxeram o etanol de volta como destaque no cenário energético. O primeiro País que vem à mente ao se falar da produção de etanol é o Brasil (CEMIG, 2012). Essas argumentações a respeito da capacidade e da posição do Brasil frente a essa oferta demonstram a grande potencialidade existente na região amazônica.

Essa grande biodiversidade que possui acompanhado do grande número de detentores de excelente conhecimento científico e, a sua posição geográfica acaba tornando a região Amazônica alvo constante da biopirataria⁶.

⁶ De maneira ampla, o termo biopirataria envolve a apropriação do conhecimento e dos recursos genéticos, visando à obtenção de ganhos com fins comerciais.

Significativo número de material genético vem sendo desviado qual permeia interesses científicos, comerciais e econômicos, isso sem que haja um controle efetivo. Nesse sentido, a Convenção sobre Diversidade Biológica⁷ deixa bem clara o entendimento ao tratamento a ser dado ao material genético, e assim o caracteriza como sendo “todo material de origem vegetal, animal, microbiana ou outra que contenha unidades funcionais de hereditariedade” (CDB, 2000, p. 9).

O fato é que esse potencial gigantesco existente na região não está sendo usado apenas como acréscimo a ciência. Vai além, atingindo os interesses comerciais, mediante o desvio dos mesmos visando encontrar novas fórmulas de fármacos, através da comercialização de plantas e animais. Isso acaba por abrir caminho para as atividades clandestinas presentes na região. Com relação à exploração desses recursos, José Galizia Tundisi⁸ observa que “explorar a biodiversidade e o patrimônio genético do Brasil é um dever de pesquisa científica e de todos os cientistas que desejam contribuir para aumentar o conhecimento da humanidade. Esta atividade deve ser preservada, estimulada e protegida, para dar oportunidades e abrir perspectivas”.

3.2 A GOVERNANÇA DO ESPAÇO AMAZÔNICO

As transformações que vem ocorrendo no cenário global, resultantes da intensa utilização dos meios naturais visando atender as necessidades humanas, impõem novas exigências ao papel desempenhado pelos Estados, na tentativa de que os recursos naturais passem a ser utilizados com responsabilidade.

No aspecto amazônico, cabe aos responsáveis por sua governança, a formulação de iniciativas que venham a abrigar a defesa da ampla gama de recursos nele existentes. Essas iniciativas deveriam dar-se de forma diferenciada, considerando a sua proporção disposta ao longo dos países fronteiriços. A condição a que o espaço trás, com grande biodiversidade e recursos energéticos trata de aumentar a responsabilidade de governança do mesmo, por sua vez, servem de elemento fortalecedor para a aplicação de diretrizes (SOUSA, 2013).

⁷ CDB: Entrou em vigor em 1994, através do decreto legislativo nº 2. Nele o Congresso Nacional decretou o Art. 1º, onde foi aprovado o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.

⁸ José Galizia Tundisi é presidente do Instituto Internacional de Ecologia.

De acordo com Young (2000 apud Ravena; Cañetei, 2007, p. 132) cabe aos Estados formularem iniciativas visando à defesa de seus territórios. “A interdependência que caracteriza os sistemas ecológicos torna os problemas relativos aos recursos naturais pertinentes à ação coletiva em nível global. Os estudos sobre a interação homem/meio ambiente têm sido instrumentais para promover entre os Estados nacionais novos arranjos institucionais como saída para os dilemas presentes nesse tipo de interação”. Portanto, mesmo cientes de que os problemas aparecem em nível global, deve cada Estado buscar a defesa de sua região. É a partir desse processo que os esforços serão acrescidos de sucesso.

Nesse sentido, a compreensão da percepção de governança torna-se necessária. A atenção central ao significado de governança se explica por duas razões. De um lado, faz referência a um objetivo de comum interesse entre dois ou mais Estados, por outro, relaciona estes interesses comuns a uma busca compartilhada de resultados. Nesse processo, podem ser responsáveis por sua execução tanto as instituições de caráter governamental, como as de caráter não governamental. Nesta linha de entendimento, a efetivação das atividades compreenderia a aceitação dada pela maioria, ou de certa forma, pelos principais atores envolvidos. Por sua vez, a disposição dada à compreensão do que é a “governança”, se difere do que é o governo. Sua formulação abrange a competência de implementar políticas instituídas, no qual um poder de polícia é estabelecido. Portanto, depois de apontada a diferença entre ambos, é possível notar que, pode bem haver governança sem governo, e da mesma forma, governo sem que haja o exercício da governança (CAMARGO, 2008).

Nota-se que todo esse contexto global indicou avanços em nível geral dos países em fixar ações quais seriam prioritárias para conter o agravamento da situação. Aqui, foi definido quais instituições passariam a compor a nova ordem internacional sob coordenação das Nações Unidas. Em suma, no que converge a temática ambiental, havia a preocupação em criar um cenário onde a capacidade de uso futuro dos recursos terrestres fosse preservada.

Na área ambiental, o desafio maior era superar uma crise de grandes proporções e definir o respeito aos limites da capacidade da carga da Terra e de sua atmosfera: o da poluição do ar, do solo e da água; do buraco na camada de ozônio aos males do efeito estufa; do desmatamento e extinção da biodiversidade a perda de solo e água, além da poluição dos oceanos levando a marcha vertiginosa da desertificação (CAMARGO, 2008, p. 308).

Seguindo a abordagem de Camargo (2008), a questão central era, portanto estabelecer novas prioridades para a agenda global, no qual cada país seria responsável por adotar uma série de medidas para a sua efetivação. Os avanços deram-se através da condução de uma

série de Conferências sob a supervisão das Nações Unidas. Consistiu assim a Conferência de Estocolmo, a de Johannesburgo e a Rio +20, com significativas longitudes de anos, porém com pautas renovadas e avançadas.

Com base no aprofundamento dessa busca por uma governança global é que irão surgir atores com o objetivo meio a cooperação e coordenação entre os países de defender as riquezas de seus territórios.

Ao Brasil por abrigar a maior parte do espaço amazônico, rico em riquezas naturais cabe à iniciativa de buscar por meio de ações conjuntas com os outros países fronteiriços o desenvolvimento sustentável da rica região. Antiqueira (2006) considera que obter um maior sucesso nas questões relacionadas será capaz se houver a cooperação entre todos aqueles de desfrutam do espaço. Silva (2008) reforça esta ideia salientando que com a cooperação, os compromissos são fortalecidos. Ainda, em apenas uma linha, Preston⁹ (1992) declara brilhantemente o que viria a ser a cooperação: a chave para o sucesso.

Silva (2013) chama atenção para o cenário qual propiciou a intensificação dos processos de cooperação e integração entre os países. Foi no período pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente no pós Guerra Fria que este fenômeno ganhou força. As relações internacionais se intensificaram, e atrelado a isto, surge à necessidade de alianças visando melhores formas de aproximação entre os países, que trariam benefícios para o comércio internacional. Essas alianças, ainda propiciaram alterações nas formas de governança mediante o surgimento de novos atores voltados a resolver questões antes possíveis apenas ao Estado-Nação. Neste momento, problemas econômicos, comerciais, ambientais, além de outros são possíveis de serem solucionados mediante o conjunto de mecanismos dispostos nestes Tratados. Para a autora o MERCOSUL e a União Europeia são exemplos destes.

Entre as diversas esferas que tratam de aproximar os países, de fato, o que predomina são os interesses econômicos. Porém não pode ser visto apenas por este lado, é necessário compreender que vai além deste interesse na medida em que serve de objeto para aproximar países e povos nas esferas política e social. Por outro lado, possibilita que soluções para

⁹ Preston foi o responsável pela elaboração do discurso a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente.

problemas globais possam ser formulados de maneira conjunta, como aqueles relacionados à democracia, aos direitos humanos e aos de cunho ambiental¹⁰.

Lewis T. Preston, Presidente do Grupo Banco Mundial em discurso a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, deixou claro a importância de se trabalhar de forma conjunta buscando superar os problemas globais do meio natural. De acordo com ele, os problemas que acompanham as populações, em especial aquelas que vivem em regiões mais debilitadas do globo, tendem a se agravar. Isto, em decorrência da maior necessidade de condições básicas para as populações, orientada na medida pela tendência do aumento populacional.

Assim, a necessidade de resposta buscando a superação destes problemas foi exposta:

Esses problemas têm dimensões formidáveis. Trabalhando juntos, poderemos superá-los. Com base na experiência adquirida dos nossos sucessos e malogros, poderemos tomar melhores decisões ambientais; já existe a tecnologia aperfeiçoada; e é possível mobilizar recursos. Ainda que possamos não conhecer as respostas, nós sabemos o que é preciso fazer. Chegou a hora de agir (PRESTON, 1992, p. 1).

Como resposta surge os processos de cooperação entre países. As Organizações Internacionais são exemplo dessas medidas cooperativas. Sua importância remonta-se ao século passado, quando sua capacidade de atuação permeando diversos elementos econômicos e sociais foi atestada (SILVA, 2013).

3.2.1 O Plano de Ação: O TCA

O cenário internacional ramificou os interesses dos países amazônicos em cooperarem entre si visando defender o desenvolvimento sustentável da região.

A resposta veio por meio do Tratado de Cooperação Amazônica no ano de 1978, mediante a assinatura por parte dos países fronteiriços à região. Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela dão início a um processo regional de cooperação, visando o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região. Posteriormente, a transformação do TCA em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) vai representar um importante avanço em termos do processo de cooperação, passando a constituir “uma típica Organização Internacional de caráter

¹⁰ Idem

governamental e um dos braços estratégicos da política externa brasileira na integração da América do Sul” (COSTA, 2013), e assim abrangendo várias temáticas: segurança, desenvolvimento, questões sociais, conservação da biodiversidade, direitos humanos, cooperação, entre outros.

A constatação dos elementos que levaram a adoção de medidas colaborativas entre os países é feita por Procópio:

Influenciou na sua elaboração, além da conscientização quanto à cobiça internacional, a comprovação feita pelos modernos satélites das sempre faladas fabulosas riquezas minerais e energéticas, bem como o conceito das “fronteiras vivas”. Estas, com deslocamentos crescentes de homens para o espaço amazônico, tido como um dos maiores vazios demográficos da Terra sacode a tradicional letargia aérea (PROCÓPIO, 1992, p. 233-234).

Ricupero (1984) faz ressalva à importância de se buscar ações conjuntas por meio dos países que compartilham a Amazônia visando solucionar problemas e desafios a acompanham. Para o autor, se buscado de forma conjunta terá maior efetividade, em um tempo menor.

3.3 O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA E A SUA POSTERIOR TRANSFORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL

3.3.1 O contexto de surgimento e desenvolvimento do TCA

Compreender as origens do TCA é antes de tudo compreender os acontecimentos que levaram a sua proposição, e ainda, se ter claro os objetivos de sua formulação. Mediante análise da história, é possível percebermos os esforços voltados a uma tentativa de inserção da região amazônica na pauta da política externa do país.

Em verdade, o fato é que, principalmente a partir da década de 1970, mais especificamente a partir de 1972, ano da realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, as questões de cunho ambiental ocupam cada vez mais espaço na agenda internacional dos países. Não há dúvidas que a relevância que ganhou o tema nos fóruns internacionais e na agenda da política externa dos países demonstra que as preocupações ligadas ao meio ambiente, estão agora frente a as prioridades dos governantes de todos os países. Neste contexto é que se insere a região amazônica.

As tentativas de inserção do espaço amazônico na temática da política externa brasileira remontam há décadas antes do alvoreço ocasionado pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, momento que representa êxito para as propostas buscadas, no qual estas passaram a fazer parte da pauta da agenda internacional.

A tentativa inicial esteve relacionada à proposta de internacionalização da região. De acordo com Silva (2008), e Antiqueira (2006), a proposta foi exposta por meio do Acordo de Iquitos (1948), qual tinha como pretensão a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, e vinha evidenciando a articulação e a intensificação das relações regionais entre seus Estados. Embora o Acordo tenha contado com a assinatura de todos os países que faziam parte do território, e ainda, com a apreciação e assinatura de alguns países europeus, havia ainda a necessidade de aprovação por parte do Congresso brasileiro e dos outros países. O projeto “foi rechaçado no congresso pela forte oposição devida ao medo da internacionalização, e não se concretizou” (ANTIQUEIRA, 2006, p. 49).

Ainda na década de 50 houve certo entusiasmo por parte dos países amazônicos em atuarem de forma conjunta. No Itamaraty houve a estruturação de um grupo destinado à formulação das diretrizes de aproximação dos países, representando uma tentativa de liderança brasileira. Sob os comandos dos governos militares, após o golpe de 64, a Amazônia também deteve seu momento de interesse fazendo parte das diretrizes internas governo militar¹¹. Em 1966, cresce a busca pela integração física dos países amazônicos visando projetos de integração rodoviária e hidroviária, por meio do lançamento da Operação Amazônia¹². Nesse período “falou-se em interesse comum, mas a ideia de cooperação restringiu-se à necessidade de mútuo conhecimento das experiências com as respectivas regiões amazônicas, além da questão principal - a integração física” (ANTIQUEIRA, 2006, p. 50).

Por mais que as condições de aproximação tenham sido mais favoráveis ao país nesse período, se comparado aos anos que antecedem 1950, o cenário não criou condições necessárias para a inclusão da Amazônia na pauta da política externa. Foi somente na década de 70, que o assunto passou a ganhar maior destaque. A década de 70, portanto, trazia consigo o debate do desenvolvimento regional da Amazônia ainda que de forma inconsistente, onde

¹² A Operação Amazônia consistiu na articulação de um sistema de planejamento regional para a Amazônia no ano de 1966, qual contou com uma gama de recursos públicos para os setores agropecuário e mineral.

formas articuladas visando fortalecer a defesa da região eram necessárias, estas, impostas pelo cenário global.

Os anos que antecederam a década de 80 conformam o arcabouço para o estabelecimento de diretrizes no âmbito ambiental. Esse cenário propiciou o engajamento entre os países fronteiriços amazônicos, trazendo a formulação destes, para a prioridade dos países (SOUSA, 2013).

A partir dessa percepção, surge no Brasil, em 3 de Agosto de 1978 o Tratado de Cooperação Amazônico, constituindo um elemento mobilizador tendo como base um modelo de desenvolvimento harmonioso para a região. Desta forma, o TCA

Instituiu o marco jurídico que orienta a cooperação entre os países amazônicos e estabelece a responsabilidade soberana dos países da região na promoção do desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica e a defesa de seu patrimônio natural (SOLA, et. al., p. 3).

O futuro do TCA seria a sua transformação em 2002 em Organização Internacional através da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, após a implantação da Secretaria Permanente, como será a diante tratada.

A proposição da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônico decorreu da relevância de três elementos, sendo dois deles de abrangência interna, e outro de abrangência externa. Nesse sentido, faz-se necessário de maneira breve, uma reconstituição dos elementos que foram de fundamental importância para o surgimento do TCA.

De acordo com Antiqueira (2006):

- O pragmatismo responsável brasileiro;
- O nível de desenvolvimento econômico e industrial do país;
- O contexto internacional;

O pragmatismo responsável brasileiro – que mesmo considerando a situação não muito amistosa na época com os Estados Unidos, fez com que o país buscasse uma maior autonomia frente ao sistema internacional, buscando intensificar as relações do país com os parceiros regionais¹³.

O estágio de desenvolvimento a que se encontrava o país na época, após incansáveis tentativas de desenvolvê-lo desde os anos 1930 despertou o interesse pela busca da integração

¹³ Ibid

do país as demais regiões. Nesse contexto passa a representar a Amazônia uma fronteira extensa de possibilidades. Esse momento portanto, abriu caminho para a aproximação com os distintos países, visto que antes temiam uma possível estagnação do processo de desenvolvimento do país devido às condições qual o cercavam.

No que abrange o contexto internacional, destacam-se especificidades em dois âmbitos – a nível regional e o propriamente internacional. No contexto regional destacam-se na abrangência dos elementos econômicos, as controvérsias problemáticas com a Argentina geradas meio a construção da Usina de Itaipu. Essa controvérsia intensificou a disputa meio a busca pela liderança frente aos países da América do Sul, onde aparecem como alvos diretos os países que permeiam a zona platina – Uruguai, Paraguai e Bolívia na tentativa de estabelecer ligações comerciais de significativa importância para o desempenho do país. Este contexto de disputa regional propiciou a intensificação do movimento cooperativo na tentativa de enfrentar as dificuldades impostas. Ainda quanto aos fatores de âmbito regional, em 1969 evidenciou-se o aprofundamento das preocupações ligadas à formação do Pacto Andino, do qual certamente ficaria o Brasil de fora, e, portanto havia certa preocupação. O cenário de 1973 gerado pela crise do petróleo que levou a redução dos volumes de investimentos, ao racionamento do crédito e a menores números no que concerne o volume de exportações naqueles países em desenvolvimento, e os questionamentos acerca do abastecimento dos recursos energéticos, que já estava por levar ao encarecimento do preço da energia naqueles países, também contribuíram. Esse alerta tratou de colocar os países que detém os recursos necessários na linha estratégica do Brasil. Assim, Venezuela (petróleo), Colômbia (carvão) e Bolívia (gás) foram alvos da maior atenção do país¹⁴.

A Venezuela representava o principal ponto de atenção, havendo já descoberto e desenvolvido seu potencial petrolífero, beneficiou-se significativamente da alta dos preços do petróleo, e passou a representar um elemento de tensão na política latino-americana, aproximando-se da Argentina e do Pacto Andino, em nítida rivalidade com os interesses brasileiros (SILVA, 2008, p. 22).

De tal maneira, um tratamento prioritário foi dado a estas regiões:

(...) No plano diplomático, o Itamaraty aportará sua contribuição à tarefa de buscar superar essa conjuntura desfavorável e o seu conseqüente impacto sobre nosso processo de desenvolvimento. Dentro de sua área de competência, a diplomacia brasileira redobrá seus esforços com vistas a contribuir, sobretudo para:

- (...) b) intensificar relações com países que nos têm assegurado o suprimento em momentos críticos do mercado internacional;
- c) assegurar garantia continuada de suprimento, de forma a evitar a necessidade de recurso ao mercado livre;

¹⁴ Ibid

d) criar receptividade política para a utilização das mais variadas fontes de petróleo dos países produtores da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, preservadas as características comerciais das operações de compra de óleo. (GUERREIRO, 1984, p. 12, apud ANTIQUEIRA, 2006, p. 53).

Silva (2008) enumerou que a análise dos fatores regionais ainda abrange a preocupação brasileira em diminuir as desconfianças dos países vizinhos em relação a sua possível atuação.

Em nível internacional os anos 1970 – pós Guerra Fria trouxe à tona novas preocupações ao cenário global. As questões de cunho ambiental e aquelas ligadas aos direitos humanos passam a fazer parte das discussões globais. Em 1972 com a realização da Conferência de Estocolmo houve a divisão dos atributos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, além de esclarecimentos quanto à responsabilidade de cada um. De maneira geral, o que prevaleceu nesta foi a preocupação com os meios naturais quais vinham sendo degradados (ANTIQUEIRA, 2006).

Outro ponto sintetizado na Conferência foi a questão da soberania internacional. As discussões envolveram o debate acerca dos benefícios e dos efeitos da utilização dos meios naturais para os países mais e menos desenvolvidos. Surge então a proposta de internacionalização de algumas regiões consideradas prioritárias para a extensão de algumas atividades. Especificamente, aqueles países detentores de inúmeras riquezas naturais, como é o caso do Brasil se opuseram a proposta de internacionalização, e passam a buscar a defesa exclusiva do seu espaço, defendendo assim a soberania da região.

“Outro elemento desse contexto internacional é dado pela importância do meio ambiente na agenda internacional, e suas possíveis implicações para os países não desenvolvidos, notadamente aqueles aos quais pertence a maior floresta tropical do planeta” (ANTIQUEIRA, 2006, p. 56).

Assim o que propiciou as negociações e a efetivação da assinatura do Tratado foi o contexto disposto no cenário regional. Isso se deu meio as tentativas de aproximar os países buscando atingir os objetivos propostos visando à defesa do território amazônico, e que desta forma, passou a fazer parte da política externa brasileira.

De certa forma, o TCA permitiu o estreitamento dos laços com os países da América Latina a partir da política externa do país do qual passou o Tratado a fazer parte. A partir

disto, passou o país a representar maior confiança perante os países fronteiriços, tornando as relações com os países mais fáceis¹⁵.

Em relação à aceitação dos países em fazer parte do Tratado, o contexto representou estabilidade. A principal dificuldade deveu-se a relação que o país detinha com a Venezuela, em razão da doutrina Beatencourt¹⁶, e da decorrente aproximação do país com os países do Pacto Andino¹⁷, originado das consequências do aumento dos preços do petróleo e que representava clara rivalidade. Por volta dos anos 1977 meio ao processo de negociações entre os países amazônicos, a Venezuela passou a apresentar mudanças no seu posicionamento, muito em função do apoio dado por parte do Peru ao Tratado. Foi também neste ano, no mês de Novembro que ocorreu a primeira rodada de negociações com os possíveis signatários (SILVA, 2008).

Segundo o autor:

Em Julho, o residente venezuelano declarou seu apoio ao Tratado e, em Novembro de 1977, cumpriu uma visita oficial ao Brasil. Superada a indisposição daquele país em aderir as negociações, estas transcorreram em 15 meses, durante os quais o Brasil teve que fazer concessões em sua proposta original mas ao final logrou que fosse assinado um tratado internacional, para um tema complexo como o amazônico, em um prazo surpreendente (SILVA, 2008, p. 22).

O autor refere-se ainda às dificuldades existentes no processo de inclusão do Suriname no Tratado:

O Suriname não representava um perigo em si, ou uma fonte de rivalidade, mas o posicionamento esquerdista de seu governante, Bouterse, e a crescente cooperação do país com Cuba preocupavam o governo militar brasileiro. A fim de, garantir sua influência sobre a região, o Brasil reconheceu a independência do Suriname em 1975 e, no ano seguinte, assinou o Acordo Básico de Cooperação Técnica (SILVA, 2008, 23).

A respeito do processo de negociação do Tratado verifica-se que a proposta inicial brasileira teve de ser alterada. O Brasil buscava “uma maior integração física da região, cujo entendimento era de pressuposto indispensável para o desenvolvimento regional”¹⁸, porém a

¹⁵ Idem

¹⁶ A Doutrina Beatencourt caracteriza-se como uma estratégia do governo venezuelano no qual foi enfatizado a ação do país na Organização dos Estados Americanos (OEA), e priorizado devido as questões relacionadas ao petróleo, as relações econômicas bilaterais com os Estados Unidos. A Doutrina fixou diretrizes políticas nas suas relações com os vizinhos, decidida a reconhecer somente governos oriundos de eleições realizadas sob normas constitucionais, tornando os discursos venezuelanos na OEA de forma a sempre repudiar os governos não democráticos.

¹⁷ O Pacto Andino formado por países sul-americanos localizados na América Andina (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru), busca a integração comercial, econômica e política entre os países que compõem o bloco, com vistas a facilitar a participação destes países no processo de integração regional.

proposta não contou com apoio dos países signatários e teve de ser alterada. O Tratado de certa forma tinha como essência essa integração física, visando reduzir as lacunas existentes que tratavam de frear o desenvolvimento econômico da região.

O interesse foi assim exposto no Tratado por meio do Artigo X:

As Partes Contratantes coincidem na conveniência de criar uma infraestrutura física adequada entre seus respectivos países, especialmente nos aspectos de transportes e comunicações. Consequentemente, comprometem-se a estudar as formas mais harmônicas de estabelecer ou aperfeiçoar as interconexões, rodoviárias, de transportes fluviais, aéreos e de telecomunicações, tendo em conta os planos e programas de cada país para lograr o objetivo prioritário de integrar plenamente seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais (TCA, 1978).

Seguindo as observações acerca da negociação com os possíveis países signatários, verificaram-se ao longo do Tratado alguns elementos que no âmbito dos regimes internacionais tornam-se decisivos. Entre eles, destaca-se a barganha institucional qual detinha o TCA que tratou de facilitar a aceitação entre os países amazônicos.

Percebeu-se um traço presente no posterior desenvolvimento do Tratado qual seja a barganha institucional (*institucional bargaining*), um dos fatores de sucesso dos regimes internacionais. Esse caráter se junta a outros semelhantes e igualmente presentes, a saber, a equidade determinada pela regra da unanimidade da participação dos membros do TCA e a atuação de uma liderança efetiva para o sucesso da cooperação, o caso a brasileira. A atuação brasileira foi decisiva para mitigar desconfianças em relação às suas supostas pretensões expansionistas, conferindo ao acordo entre os Países amazônicos um elemento essencial ao sucesso de regimes internacionais, qual seja a confiança entre seus atores (SILVA, 2008, p. 23).

A partir destas observações podemos constatar que durante todos os períodos de construção do Estado brasileiro houveram tentativas visando apodera-se das riquezas da região, o que representa o grande interesse pela região amazônica, em especial os interesses norte-americanos e de outras economias líderes.

Entretanto, por mais que tentativas anteriores a década de 1970 tenham sido buscadas no intuito de tornar a Amazônia pauta da política externa brasileira, foi somente no contexto deste ano que as condições necessárias para uma possível negociação englobando o espaço amazônico surgiram. Segundo Antiqueira (2006, p. 51), “mesmo com a constância de objetivos seculares e a recorrência de ideias de esquemas de aproximação entre os países amazônicos, até o final dos anos 1970 não houve espaço para a concretização de um projeto de política externa em que a Amazônia ganhasse papel de destaque”.

No contexto de desenvolvimento o TCA representou a busca por parte de todos os países signatários da soberania da região, e, além disso, fez prevalecer o reconhecimento de

todas as partes de que a região necessita de um ordenamento conjunto, visando objetivos conjuntos, no intuito de alcançar o desenvolvimento harmônico da região.

O TCA de todo modo, “orienta a cooperação entre os países amazônicos e estabelece a responsabilidade soberana dos países da região na promoção do desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica e a defesa de seu patrimônio natural” (SOLA, p. 3).

Esse compromisso encontra-se expresso no preâmbulo do Tratado:

ANIMADAS do propósito comum de conjugar os esforços que vêm empreendendo, tanto em seus respectivos territórios como entre si, para promover o desenvolvimento harmônico da Amazônia, que permita uma distribuição equitativa dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes Contratantes, para elevar o nível de vida de seus povos e a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais (TCA, 1978).

De maneira geral, o TCA representou a busca pela elucidação dos problemas dos países signatários de forma compartilhada. Da forma que mediante a cooperação, têm-se as metas fortalecidas, e os conflitos reduzidos (RICUPERO, 1984).

Após análise dos 28 artigos constantes no Tratado podem ser identificados seus princípios fundamentais:

- 1º) a competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- 2º) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a consequente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- 3º) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- 4º) o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica;
- 5º) a absoluta igualdade entre todos os parceiros (RICUPERO, 1984, p. 186).

O Tratado consiste, portanto na tentativa de evitar que supostas tentativas de interferência na região venham à tona, como aquelas voltadas a internacionalização do espaço, e desta forma, “reservar às nações amazônicas, e a elas só, a responsabilidade pelo destino da área” (RICUPERO, 1984, p. 186).

3.3.2 Avanços: do TCA à criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA

O TCA, no sentido de que aproxima os países fronteiriços à região amazônica a cooperarem entre si buscando a defesa da soberania da região, mostra-se ao longo do seu processo de negociação, até a sua posterior assinatura sem significativos avanços.

Segundo Antiqueira (2006) e Silva (2008) o TCA não mostrou resultados efetivos em seus objetivos até a década de 1990, “o Tratado, após assinado ficou como um instrumento desvalorizado até que fosse considerado útil, no final da década” (ANTIQUEIRA, 2006, p. 98), em decorrência da necessidade de preservação da Amazônia que trataram de “acelerar a ação do Brasil na reativação do TCA” (COSTA, 2010, p. 191). Ademais, o Tratado culminará no fortalecimento das relações entre os países a partir de Dezembro de 1998. Esse fortalecimento se deu em função da criação da Secretaria Permanente. Para o autor, até o momento de sua criação não passava de mais um Tratado a existir em meio aos países signatários, “muito em função de uma secretaria *pro tempore*, e não uma secretaria permanente”¹⁹. Por conseguinte, colaborou para sua criação o alvoroço provocado pela Conferência Rio 92 que colocou definitivamente as questões ambientais na agenda de problemas globais.

Mediante a criação da Secretaria Permanente, com a disponibilização de seu espaço físico, os países signatários subscrevem o protocolo de ementa para a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, e já no ano de 2002 com inteira implementação da OTCA o Tratado tornou-se fortalecido ganhando mais espaço nas discussões as iniciativas voltadas ao desenvolvimento consciente e equilibrado da região.

As mudanças que vinham ocorrendo no cenário global, com a intensificação dos problemas gerados pelo descontrole ambiental trataram de desviar os olhares brasileiros para aquela região detentoras de grandes riquezas. Por outro lado, a pressão internacional em torno da preservação dos recursos disponíveis ao longo do espaço amazônico se fez também presentes. Esse movimento culminou na reativação do TCA e na sua posterior transformação em Organização Internacional – OTCA (COSTA, 2010).

¹⁹ Ibid, p. 191.

3.3.2.1 A estrutura institucional

A seguir é trazida a estrutura institucional existente que trata de dar uma dinâmica à Organização, e contribui para a superação dos desafios existentes, qual sejam: O Protocolo de Ementa, as Reuniões de Presidentes, as suas instancias, e a base jurídica.

3.3.2.1.1 *Secretaria Permanente*

Até os anos que antecedem 2002 a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) contava com uma secretaria que era “*pro tempore*” para o exercício das suas funções administrativas e executivas (Artigo XXII do TCA, 1978). Ou seja, suas funções eram exercidas pelos países membros de maneira alternada onde a cada dois anos iniciava-se um novo exercício.

No ano de 1998 foi criada a Secretaria Permanente, por meio do Protocolo de Ementa²⁰ (conforme o item II do Protocolo de Ementa do TCA). Com seu inteiro estabelecimento no dia 13 de Dezembro do ano de 2002 na cidade de Brasília, a Secretaria Permanente passou a representar um papel relevante na estruturação do Tratado, detentora de personalidade jurídica própria, conforme consta no Artigo 1 do Regulamento da Secretaria Permanente²¹, a SP em meio a sua representação política passava a exercer autonomia para a fixação de diretrizes do Tratado, detendo capacidade de firmar acordos em nome da OTCA, quando em consenso com os países membros.

A criação da SP foi um poderoso instrumento para estimular a fixação das diretrizes do Tratado, além de ter possibilitado a transição para “Organização Internacional”. De fato, com sua institucionalização o Tratado representou desenvolvimento. Essa importância foi assim expressa por Antiqueira (2006):

Ou seja, a institucionalização como fator determinante na alteração do comportamento dos Estados, e de um aumento progressivo dos interesses mútuos ou do grau de convergência de expectativas. Aquela que não é apenas formal, mas envolve características como autonomia, especificidade, “commonality”, efetividade e robustez (ANTIQUEIRA, 2006, p. 134).

²⁰ O Protocolo de Ementa encontra-se disponível em:

http://www.otca.info/portal/admin/_upload/protocolo/protocolo_emenda_otca.pdf

²¹ O Regulamento da Secretaria Permanente encontra-se disponível em:

http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/747-Regulamento_SPOTCA_PT.pdf

O período entre a criação e o estabelecimento da SP, foi importante para que temas ligados às questões ecológicas e medidas de integração ganhassem fortalecimento na pauta dos interesses dos países membros. A abordagem referiu-se a aspectos como a destinação de recursos e ao aumento da credibilidade que assim deveriam ser buscadas (SILVA, 2008).

Desde a ocasião de criação do TCA e sua posterior transformação em Organização Internacional em 2002, o Tratado contou com significativas mudanças. Com sua transformação o Tratado ganhou mais abrangência tornando-se conhecido ao longo do globo. Por outro lado, inseriu definitivamente a Amazônia na pauta da política externa brasileira, o que demonstra a maior conscientização por parte dos países membros da importância que a região detém²².

Ademais, a criação da OTCA possibilitou o agrupamento de diferentes esferas na busca por enfrentar tais desafios, político, diplomático, técnico. A atuação conjunta entre estes níveis orienta as estratégias destinadas ao espaço, possibilitadas meio a cooperação sul-sul entre os países (SOUSA, 2013).

3.3.2.1.2 *Coordenações*

A SP da OTCA está estruturada por Coordenações²³, que tem suas atividades voltadas para resolução de questões de acordo com suas áreas de interesse. São divididas em cinco grupos:

a) Coordenação de Meio Ambiente;

Atua na busca pela conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Trata de criar mecanismos que coordenem e promovam a cooperação a nível regional, de forma que apareça o espaço amazônico como patrimônio de todos, marcado pela continuidade da busca do processo de conservação e uso sustentável dos recursos nele existentes.

b) Coordenação de Ciência, Tecnologia e Educação;

²² Ibid

²³ Maiores esclarecimentos à cerca das Coordenações podem ser encontrados em: <http://www.otca.info/portal/coordenacoes.php?p=otca>

É marcada pela temática da Gestão do Conhecimento e Intercâmbio de Informações para a Amazônia. Além das funções relacionadas a esta temática, desenvolve também aquelas voltadas às atividades de tecnologia e ciência, que permeiam as outras coordenações. Intera a participação e a difusão das ideias da OTCA meio a eventos no âmbito do assunto, além de incentivar projetos que estimulem as capacidades educacionais.

c) Coordenação de Saúde;

Propõe a melhora dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), a adoção de medidas visando uma maior inclusão social, e a melhora da qualidade da saúde ambiental dos países amazônicos, meio a articulações conjuntas entre os países. Trabalha de maneira conjunta para aproximar-se do Plano Quinquenal 2010-2015 do Conselho de Saúde Sul-americano²⁴ (UNASUL-SAÚDE).

d) Coordenação de Assuntos Sociais, Transporte, Infraestrutura, Comunicação e Turismo;

Desenvolve atividades, programas e iniciativas que insiram e fortaleçam o espaço amazônico, proporcionando a satisfação social, econômica e cultural da sociedade amazônica.

e) Coordenação de Assuntos Indígenas;

Responsável por empreender iniciativas que fortaleçam a participação dos povos indígenas de maneira constante nas ações de desenvolvimento regional, propiciando a permanência de suas culturas e conhecimentos no convívio amazônico, por meio da Agenda Regional Indígena.

²⁴ Mais informações podem ser obtidas em: <http://www.unasursalud.org/>

3.3.2.1.3 *Reunião dos Presidentes*

A Reunião dos Presidentes²⁵ da OTCA por mais que não represente uma instância ordinária, contudo representa um espaço fundamental de diálogo para as prioridades a serem dadas definidas de forma conjunta.

3.3.2.1.4 *As Instâncias*

a) Reunião de Ministros

A Reunião de Ministros das Relações Exteriores²⁶ é o órgão qual representa maior superioridade no âmbito do TCA. Seus encontros ocorrem quando os chanceleres assim a verem necessário, ora está para a fixação de novas diretrizes, ora para avaliação do desempenho e necessidade de novas decisões (Artigo XX do TCA). Conforme o Artigo 18 do Regulamento da Reunião de Ministros de Relações Exteriores, as decisões são julgadas por unanimidade.

b) Conselho de Cooperação Amazônica – CCA

Compõem o Conselho do CCA²⁷ os representantes diplomáticos de alto nível dos países signatários do TCA.

No âmbito de suas atribuições está:

- 1) Velar pelo cumprimento dos objetivos e finalidades do Tratado;
- 2) Velar pelo cumprimento das decisões tomadas nas reuniões de Ministros das Relações Exteriores;
- 3) Recomendar as Partes a conveniência ou oportunidade de celebrar reuniões de Ministros das Relações Exteriores e preparar o temário correspondente;
- 4) Considerar as iniciativas e os projetos que apresentem as Partes adotar as decisões pertinentes para a realização de estudos e projetos bilaterais ou multilaterais, cuja execução, quando for caso, estará a cargo das Comissões Nacionais Permanentes;

²⁵ A Ata da Reunião de Presidentes poder ser acessadas em: <http://www.otca.info/portal/reuniao-de-presidentes.php?p=otca>

²⁶ O Regulamento da Reunião de Ministros das Relações Exteriores encontra-se disponível em: http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/156-Regulamento_MMRREE_final_port.pdf

²⁷ O Regulamento do Conselho de Cooperação Amazônica encontra-se disponível em: http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/308-Regulamento_CCA_final_port.pdf

- 5) Avaliar o cumprimento dos projetos de interesse bilateral ou multilateral;
- 6) Avaliar o cumprimento dos projetos de interesse bilateral ou multilateral (ANTIQUERA, 2006; TCA, 1978).

c) Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR)

Integram a CCOOR²⁸ os Chefes de Missão dos países signatários indicados pelo país sede da OTCA. No âmbito de suas atribuições, destaca-se sua natureza consultiva e auxiliar do CCA. Além disso a CCOOR orienta as atividades de planejamento, programação e execução do orçamento da SP. Conforme o Artigo 4 de seu regulamento, ao menos uma vez a cada três meses a CCOOR deverá reunir-se, venha a ser esta a pedido do governo de algum país membro, ou a pedido da SP da OTCA.

d) Comissões Nacionais Permanentes – CNP

Conforme o Artigo XXIII do TCA (1978), “As Partes Contratantes criarão Comissões Nacionais Permanentes encarregadas da aplicação, em seus respectivos territórios, das disposições deste Tratado, assim como da execução das decisões adotadas pelas Reuniões dos Ministros das Relações Exteriores e pelo Conselho de Cooperação Amazônica, sem prejuízo de outras atividades que lhes sejam atribuídas por cada Estado”.

As Comissões Nacionais Permanentes são presididas pelos Chanceleres. Entre suas atribuições estão aplicar os dispostos no TCA, executar projetos e programas e implementar as decisões postas por meios das Reuniões de Ministros de Relações Exteriores e pelo CCA.

e) Comissões Especiais da Amazônia

As Comissões Especiais da Amazônia²⁹ visam empreender iniciativas destinadas à resolução dos problemas existentes na região amazônica, buscando o compromisso de todo aqueles considerados relevantes, e desta forma aproximar os atores regionais em cada uma de suas temáticas. As Comissões Especiais poderão vir a ser constituídas sempre que as Partes virem por necessário (Artigo XXIV do TCA, 1978).

- Comissão Especial da Saúde da Amazônia – CESA

²⁸ O Regulamento da Comissão de Coordenações do Conselho de Cooperação Amazônica encontra-se disponível em: http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/155-Regulamento_CCOOR_final_port.pdf

²⁹ Maiores esclarecimentos à cerca das Comissões Especiais da Amazônia podem ser encontrados em: <http://www.otca.info/portal/comissoes-especiais.php?p=otca>

A CESA foi criada meio a III Reunião do CCA no ano de 1998. Visa à busca por melhorias nas atividades na área de saúde por meio da coordenação e acompanhamento das atividades.

- Comissão Especial de Assuntos Indígenas – CEAIA

A CEAIA foi instituída durante a III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA. Entre suas finalidades destacam-se a intensificação regional da cooperação em assuntos indígenas entre os países signatários, a busca pelo fortalecimento da identidade étnica e preservação do patrimônio histórico da região.

- Comissão Especial de Meio Ambiente – CEMAA

A CEMAA de igual forma foi instituída durante III Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA. A Comissão tem como objetivo o compartilhamento de informações acerca da proteção ao meio ambiente, além de buscar a permanência do consenso sobre a referida importância entre os mesmos. Ainda na abrangência de seus âmbitos, está a busca pela formulação de programas de forma conjunta visando atingir tais objetivos.

- Comissão Especial de Educação – CEEDA

A CEEDA foi instituída na V Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA. Foi criada com o propósito de avaliar e coordenar a implantação dos planos educacionais a serem implantados na Amazônia, além deste, permeiam seus objetivos, capacitar os recursos humanos para a realidade da região, além de tornar sempre atual a permuta de informações entre os diferentes povos, abrangendo a tradicional cultura indígena.

- Comissão Especial de Ciência e Tecnologia – CECTA

Criada em 1998 meio a III Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, a CECTA reconhece a importância da ciência e da tecnologia para o processo de desenvolvimento harmônico e integrado dos países da região amazônica. Para tanto, visa incentivar e acompanhar os projetos a serem desenvolvidos no âmbito regional dos países.

- Comissão Especial de Turismo – CETURA

Criada meio a IV Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica em 1990, busca mecanismos que influam no planejamento e no desenvolvimento de infraestrutura adequada para o turismo da região, através da busca de atores que queiram cooperar no

desenvolvimento de projetos. Ademais, procura avaliar os impactos advindos das atividades envolvendo o turismo para as comunidades indígenas e para os recursos naturais.

- Comissão Especial de Transporte, Infraestrutura e Comunicações – CETURA

Instituída inicialmente durante a IV Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica (CETRAM) e posteriormente aprimorada com a abrangência de outros temas como comunicação e infraestrutura (CETICAM), durante a IV Reunião de Ministros das Relações Exteriores do TCA em 1991, a Comissão tem como objetivo o desenvolvimento de estratégias que tornem o sistema de transportes, telecomunicações e infraestrutura mais eficientes.

3.3.2.1.5 O Plano Estratégico 2004 – 2012

O Plano Estratégico serve de arcabouço para a formulação dos programas e projetos a serem implementados a partir das necessidades dos países membros. Nele estão dispostas observações, sugestões e contribuições para os países signatários, via interação com a SP. O Plano foi elaborado mediante a instalação da SP, como forma de orientar suas decisões. A partir dele as ações tornaram-se coordenadas (OTCA, 2004).

3.3.2.1.6 A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica – AECA

Em Novembro de 2010 reuniram-se em Lima, no Peru os Ministros das Relações Exteriores representantes dos oito países membros na sua X Reunião. Na Reunião, foi aprovada a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica abrangendo uma duração de oito anos para sua implementação. Nela avaliou-se o Plano Estratégico 2004-2012, meio aos países membros, contando com uma série de diálogos e debates.

O princípio de criação de uma nova Agenda contou com a revisão dos programas, projetos e atividades acerca das temáticas, buscando aprimorar a resolução dos problemas dos países membros do Tratado. Esta nova orientação, contribuiu no sentido de tornar a agenda uma ferramenta flexível e adaptável aos interesses de todos. Nela, é possível se deparar com a visão, a missão e os objetivos estratégicos imputados da OTCA partindo de dois eixos: conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento

sustentável, orientando assim seus interesses. Além disso, compõe a agenda, as diretrizes de atuação da SP, a estrutura institucional para a gestão da agenda e as formas de financiamento (OTCA, 2010).

4 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO AMBITO DOS ASSUNTOS DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – OTCA

4.1 AS PROPOSIÇÕES INICIAIS

O estudo acerca da temática do desenvolvimento sustentável na abrangência dos assuntos da OTCA exige uma breve articulação da forma como se inseriu o tema nos seus projetos.

De fato, há um consenso acerca da importância do espaço amazônico para a reprodução da espécie humana no planeta, contudo sua inserção na política externa brasileira é recente.

Como citado no capítulo anterior, apesar da iniciativa do processo de inserção ter iniciado em meados da década de 50, com a pretensão da criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, qual não se concretizou, a inserção efetivamente só veio a se materializar com o Tratado de Cooperação Amazônica – TCA em 1978. O Tratado surgiu em decorrência do alvoroço ocasionado pela Conferência de Estocolmo em 1972, que tratou de colocar as questões de cunho ambiental na pauta do debate global.

Nessa época, a proposta da inicial do Tratado fazia menção à integração física da região:

Quando o TCA foi proposto, a prioridade para o Brasil, do ponto de vista “amazônico”, era incentivar a integração física entre os membros, objetivo descartado pela resistência dos demais signatários. No nível regional, a intenção, bem sucedida, diga-se de passagem, foi diminuir os receios relativos ao Brasil e ao plano mundial visou-se responder às críticas ambientais bem como rechaçar a interferência em assuntos internos, especialmente no caso da Amazônia (SILVA, 2008, p. 27).

O TCA tinha como princípios garantir que estaria sob competência dos países amazônicos a problemática e a defesa do espaço amazônico e defender a soberania de região de forma integrada, visando um maior enfrentamento do problema (SILVA, 2008).

Ademais, devido à grande importância estratégica da região o Brasil voltou-se para três níveis de objetivos. “O mundial (como instrumento de posicionamento perante os países de fora da região), o regional (como mecanismo de aproximação dos países do norte da

América do Sul) e o local (no sentido dos objetivos especificamente amazônicos)” (SILVA, 2008, p. 27).

No momento da adesão de todos os países signatários ao TCA a questão do desenvolvimento sustentável era um tema qual vinha ganhando força, devido à relevância que ganhava a temática ambiental na esfera global. Ao Brasil, por abrigar grande parte do espaço amazônico passa a representar papel estratégico. No entanto, na época o país estava mais preocupado com as questões relacionadas à defesa da soberania da região. Com o aprofundamento do debate acerca da problemática ambiental por volta dos anos 80, àquelas regiões detentoras de recursos naturais, como é o caso do Brasil passam a dar ainda maior enfoque as questões relacionadas. Esse debate vai culminar em 1992 na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, conhecida como Rio 92 (ANTIQUERA, 2006).

Esse cenário vai potencializar a importância da região, fortalecendo desta forma o TCA na medida em que promove iniciativas visando o desenvolvimento harmônico da região, conciliando o crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais nela existentes. De certa forma, esse cenário propiciou a possibilidade do aumento da credibilidade do Tratado, com vistas a responder aos desafios globais.

A partir do fortalecimento da temática ambiental em nível global, que o Tratado vai fomentar a incorporação do desenvolvimento sustentável às suas ações.

A importância do equilíbrio entre o fim a ser buscado e o meio a que o possibilita fora exposto na parte inicial do preâmbulo do TCA:

“(…) **CONSIDERANDO** que para lograr um desenvolvimento integral dos respectivos territórios da Amazônia é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente (...)” (TCA, 1978).

Exposta esta consideração, pode-se pensar que é por meio do esforço conjunto de todos aqueles países que compõem o espaço amazônico, a partir da administração, da conservação e da utilização correta dos recursos obtidos no meio natural, que o desenvolvimento se dará de forma correta. É a partir desta percepção, que o TCA buscará implementar programas e projetos visando construir mecanismos para a defesa da Amazônia.

De acordo com Sousa (2013), as iniciativas voltadas às diversas áreas temáticas presentes no Plano Estratégico e posteriormente na Agenda Estratégica, são essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentável da região. O desenvolvimento sustentável necessita

mais do que somente ações destinadas à proteção dos recursos naturais, ele necessita engajamento e busca ativa pelo aprimoramento dos elementos que permeiam seu contexto, tais como todos aqueles que orientam o desenvolvimento do ser social.

4.2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS AÇÕES DA OTCA

O Plano Estratégico, e posteriormente a Agenda Estratégica frisaram o interesse em buscar formas sustentáveis de desenvolvimento para região amazônica. Essa preocupação foi expressa na instância das visões de ambos os documentos como segue:

Uma organização fortalecida e reconhecida internacionalmente como foro político regional para contribuir com a integração e o desenvolvimento sustentável dos respectivos territórios amazônicos dos Países Membros, que complemente os esforços nacionais de gestão, ordenamento territorial, conservação e uso sustentável de seus recursos naturais, respeitando a soberania dos Estados e voltada a gerar benefícios mútuos para as partes, bem como criar melhores condições de vida para suas diferentes populações, particularmente as amazônicas, com base no respeito aos direitos e aspirações da sociedade em seu conjunto (PLANO ESTRATÉGICO, 2004, p. 19).

Alcançar o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica através do equilíbrio entre aproveitamento, proteção e conservação de seus recursos, respeitando uma equidade que garanta seu desenvolvimento integral sustentável, com a presença efetiva do Estado em seus diferentes níveis de Governo e das populações amazônicas com pleno exercício de seus direitos e obrigações à luz da legislação vigente nacional e dos acordos internacionais (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010, p.15).

Trata-se da busca pela criação de mecanismos e instrumentos capazes de tornar o desenvolvimento sustentável da região possível.

4.2.1 O Plano Estratégico

A partir de Dezembro de 2002 como se sabe, com a instalação da SP em Brasília, o Tratado assumiu um caráter institucional. Com esse evento foi instituído um amplo espaço de debate visando à defesa dos recursos naturais da região e a soberania dos países detentores destas riquezas.

É nesse contexto, mais especificamente durante a segunda gestão da Secretaria Permanente, no ano de 2004 que é publicado o Plano Estratégico, com validade de oito anos (2004-2008).

O Plano Estratégico buscava fortalecer os ideais acerca da defesa da região, através da criação de um espaço onde a importância que detém a região para a humanidade fosse reconhecida.

A fim de esclarecer e tornar claro os objetivos buscados, o documento foi submetido às considerações da XII Reunião do CCA e da VIII Reunião dos Ministros de Relações Exteriores, tendo como propósito:

“Uma visão estratégica que servirá de orientação, ponto de convergência e construção de sinergias para as ações dos governos e da Organização no cumprimento do seu mandato e observando os compromissos oriundos dos principais convênios multilaterais, ratificados pelos respectivos Paramentos dos Países Membros” (PLANO ESTRATÉGICO, 2004, p. 11).

Todo o contexto do cenário internacional serviu de arcabouço para que o TCA viesse a ganhar credibilidade, e posteriormente se transformasse em Organização Internacional.

É nesse sentido que se torna importante a “elaboração de um Plano que estabeleça grandes eixos estratégicos que tenham correspondência com os diferentes mecanismos de decisão e gestão da organização” (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p. 20).

A arquitetura do Plano estabelece os canais de atuação da mesma. Constituem como instrumentos do plano estratégico áreas programáticas, eixos estratégicos e elementos transversais. Como é um instrumento de planejamento, o Plano está sujeito a futuras revisões, podendo ainda serem acrescentados novos eixos estratégicos ou áreas programáticas, dependendo estas dos interesses e do consenso dos países signatários (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

O eixo estratégico do Plano Estratégico faz menção inicialmente a “Conservação e Uso sustentável dos Recursos Naturais Renováveis”. Nele fica estabelecido a importância de se buscar formas de utilização dos meios naturais, que não venham a comprometer os padrões futuros de utilização.

A tendência de utilização dos recursos de maneira sustentável despertou o estímulo a serem dadas as populações amazônicas, “visando aproveitar racionalmente a enorme riqueza da região” (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p. 25).

Segundo consta no eixo “Conservação e Uso sustentável dos Recursos Naturais Renováveis”, além de seu objetivo voltado à disposição de novas alternativas que levem ao uso sustentável, outro enfoque é apresentado. A partir da administração correta dos recursos disponíveis na natureza e do próprio meio ambiente, poder-se-ia adquirir benefícios econômicos a partir do desenvolvimento de atividades inovadoras, tais como: ecoturismo, ganhos a partir do conhecimento genético adquirido, produtos madeiráveis e não madeiráveis com suas respectivas certificações. Esse enfoque visa conscientizar as populações que lá vivem que uma vez alterando as formas de uso dos recursos disponíveis, além preservar a sustentabilidade dos mesmos, poderá também beneficiar-se economicamente. Em especial, deve-se buscar alterar “os padrões de uso e consumo dominantes, com base em modelos agroextrativistas (inclusive o setor pecuário), ou de implantação de monoculturas de capital intensivo, que buscam obter rapidamente os benefícios econômicos, mas que podem afetar, em longo prazo, a sustentabilidade dos ecossistemas”. O cultivo de uso ilícito, qual ocorre em alguns países do espaço amazônico resulta em piora das condições de vida das populações, e desta forma deve ser aperfeiçoada. Ainda neste contexto, faz-se ressalva a importância que detêm os conhecimentos advindos dos povos indígenas, e, portanto, devem ser preservados (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p. 28).

Quanto ao segundo eixo, “Gestão do Conhecimento e Intercâmbio Tecnológico” demonstra quão essencial é deter conhecimento acerca das necessidades e problemáticas da região, para que se possam buscar respostas aos anseios das populações no que abrange o possível aproveitamento sustentável da região.

Em relação a essa disponibilidade de recursos é claramente exposta a insuficiência de recursos, afinal, “na Amazônia, mais de 85% da capacidade científica se concentra na universidade pública e nos sistemas nacionais de pesquisa e inovação”, ademais, esses recursos são fornecidos também de forma insuficiente pelos setores privados (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

Essa insuficiência de recursos remonta a preocupações a fim de estimular a criação de instrumentos que venham a fortalecer esse fornecimento, propiciando desta forma uma maior possibilidade de resposta.

Sendo assim, intensificar a cooperação entre os países amazônicos se faz necessário a fim de garantir que o aproveitamento das capacidades instaladas não seja prejudicado. Dentre

os exemplos fora apontado a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e pelo Programa Cooperativo de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-americanos (PROCITROPICOS). Sant Anna (2009) destaca que a PROCITROPICOS tem por objetivo formular políticas e desenvolver tecnologias e inovações institucionais visando reduzir as descontinuidades geradas pelos sistemas geridos de forma insustentável. Já a UNAMAZ percorre objetivos voltados à educação e a cultura, mediante mecanismos que levem a integração das universidades e instituições dos países signatários³⁰.

No ano de 1993, em uma parceria entre o TCA e a UNAMAZ foi realizado o Primeiro Encontro dos Ministros da Educação dos Países Amazônicos, na cidade de Manaus. E em 2004 foi assinado um acordo entre a OTCA e a UNAMAZ de cooperação em matéria de ciência, educação e tecnologia³¹.

O terceiro eixo, “Integração e Competitividade Regional” compreende a necessidade de estímulos à integração física da região. Essa integração torna-se necessária para o sucesso das medidas buscadas nos eixos mencionados anteriormente, pelo fato de o espaço geográfico estar trazendo “limitações em termos de comunicação e integração física” (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p. 31), a isto portanto justifica-se tal necessidade.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul americana (IIRSA) ajuda a compreender essa participação visto que a partir dela surge a possibilidade de aproximação dos mercados. O Regulamento Geral de Navegação Comercial pelos Rios Amazônicos também desempenha importância. Tal possibilita o estímulo ao comércio, ao transporte, ao turismo e a própria integração entre seus signatários (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

Fica claro portanto, que tem os Governos dos países signatários buscado formas de tornar a participação dos países constante, meio a essas iniciativas de integrar e desenvolver o espaço.

Por fim, o eixo “Fortalecimento Institucional” visa fortalecer a Secretaria Permanente da OTCA e as suas Comissões Nacionais Permanentes (CNPs) (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

Visando encontrar respostas para as problemáticas da região foram identificadas áreas programáticas. Essas áreas implicam na tomada de decisões acerca do assunto de forma consensual e zelam pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A “água” é uma riqueza essencial para a sobrevivência humana, venha a esta a ser para o consumo próprio, para a navegação, ou para criar condições de desenvolver produtos

³⁰Ibid

³¹Ibid

necessários a nossa subsistência. O uso indiscriminado da mesma torna necessários mecanismos que inibam esse uso de forma desconexa.

O ponto inicial que marcou a inserção da água na abrangência ambiental e estimulou a busca por uma gestão compartilhada das águas foi o projeto de Lei nº 2249/91, que veio a resultar na Lei das Águas. O projeto veio a estimular o ordenamento de agentes visando o uso consciente da água (RAVENA; CAÑETEI, 2007).

Neste caso, “para a OTCA é extremamente importante à formulação e o desenvolvimento de um Programa Regional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos” (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p.39) que permita um gerenciamento integral e sustentável desse recurso no qual venha a contribuir para o controle da expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias, para o controle do desmatamento que resulta em sedimentação dos rios, ao controle do uso de produtos químicos e descarte incorreto de lixo que levam a contaminação dos solos e das águas.

Visando impactar na defesa desse recurso estão sendo buscadas “ações concretas nos campos de educação, capacitação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico; aspectos hidroenergéticos; saúde e saneamento básico; pesca, navegação, atividades produtivas e usos da água; e populações indígenas e tradicionais da Amazônia (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p.40).

A defesa das “áreas naturais protegidas, dos solos e das florestas” também ganha destaque dentro das áreas programáticas. Neste caso, implicam na necessidade de se adotar uma gestão que supere as formas insustentáveis quais vêm sendo utilizadas para a apropriação dos recursos naturais, como má utilização dos solos e o desmatamento.

Desta forma, os esforços dos países membros da OTCA orientam a busca por mudanças.

Os esforços que os Países Membros da OTCA realizam para fazer o inventário e a compatibilização de metodologias de pesquisa, assim como o intercâmbio e a difusão dos resultados em relação aos recursos naturais e aspectos socioeconômicos, o estabelecimento e coordenação de um sistema para o monitoramento do processo de ocupação e uso da terra e do manejo de florestas naturais, permitirão fundamentar decisões para o desenvolvimento sustentável da região, para a adoção de critérios e políticas do manejo ambiental da região amazônica e para a coordenação e o apoio de um mecanismo de cooperação horizontal (PLANO ESTRATÉGICO, 2010, p.43).

Diante da intenção do estabelecimento desses processos “surge à necessidade de estabelecer critérios para definir a sustentabilidade (ambiental, social e econômica), assim como de dispor de indicadores para avaliar e acompanhar a situação das florestas”. Em decorrência desta necessidade aconteceu no ano de 1995 em Tarapoto no Peru, a Primeira

Reunião Regional sobre Critérios e Indicadores de Sustentabilidade da Floresta Amazônica, qual levou em consideração 12 critérios de sustentabilidade e 77 indicadores associados em três categorias: nível nacional, da unidade de manejo e de serviços em nível global. Nos cinco anos posteriores a proposta foi fortalecida a partir de contribuições dos países membros, que vieram a possibilitar consensos e avanços. A apreciação desse consenso possibilitou a “aprovação de 15 indicadores, correspondentes a 8 critérios com prioridade 1 para todos os países amazônicos, como uma das ferramentas de planejamento do desenvolvimento sustentável de suas florestas”, a construção desses indicadores contou com a cooperação técnica e o apoio financeiro de US\$ 400 mil para auxiliar nas etapas do processo (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

Considerando os aspectos mencionados no Processo de Tarapoto referentes à articulação desses indicadores, espera-se que venha a demonstrar o seu potencial e a sua efetividade nas mudanças atuando como valorizador do meio natural.

A abordagem dada a “Diversidade Biológica, Biotecnologia e Biocomércio” refere-se ao legítimo potencial biodiverso existente na região da Amazônia, que se insere como um espaço adequado para o desenvolvimento sustentável. Desta forma, a abordagem considera que com o enorme mercado potencial relacionado aos produtos oriundos da biodiversidade, a região qual possui uma vasta biodiversidade, pode aproveitar-se do momento e a partir da utilização correta dos mesmos, expandir a região. Seria o momento de incentivar as atividades ligadas ao ecoturismo, o consumo daqueles produtos oriundos da própria natureza e que mantém suas formas naturais, tais como óleos, resinas, extratos medicinais, materiais destinados à construção, além de outros.

Do ponto de vista econômico esse mercado vem a gerar significativos valores. De acordo com as estimativas feitas para o ano de 1997 veio o mercado dos produtos naturais não madeiráveis a alcançar US\$ 60 bilhões anuais, conquanto que o de extratos vegetais medicinais ficou em torno de US\$ 16,5 bilhões e as drogas fitoterápicas em US\$ 30 milhões (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

A partir desse contexto surgiu o Programa Regional de Biocomércio para a Amazônia, qual visa promover a inserção dos produtos oriundos da biodiversidade por meio do comércio e de investimentos, mantendo assim as atividades aquecidas.

No que configura os interesses ao “Ordenamento Territorial, Assentamentos Humanos e Assuntos Indígenas”, o entendimento está na compreensão da riqueza existente neste espaço qual se encontra ainda hoje presente nas comunidades indígenas, com suas origens fortemente identificáveis. Por meio do ordenamento territorial busca-se organizar, administrar e tornar

harmônico a convivência entre os povos, propiciando formas justas de vida. No que faz referência as comunidades indígenas que lá habitam, não se pode deixar de considerar a importância que detêm para o desenvolvimento sustentável da região. Daí a necessidade de preservar o conhecimento dos mesmos. Pensando nisso, a Secretaria Permanente da OTCA criou a Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) qual busca desenvolver planos e projetos em detrimento dos benefícios dos mesmos.

Em relação a “Infraestrutura Social: saúde e educação” é claramente demonstrado que a preocupação com a inclusão social, especialmente relacionadas a aquelas regiões mais precárias é prioridade. Não se tem dúvidas da mera importância que desenvolver mecanismos para as necessidades da população tem para a condição de um desenvolvimento sustentável. O padrão de utilização dos recursos e da própria estrutura natural em busca de um maior crescimento modificou os sentidos epistemológicos, demográficos, educacionais. É aparente a debilidade das condições sociais da região se comparadas a outros países. No que faz-se referência às doenças transmissíveis aparece o amplo espaço amazônico com significativa porcentagem, no caso da malária, chega, por exemplo, a representar 85,55 % dos casos. É nesse meio, que a importância das ações da SP/OTCA ganha ressonância, a Organização ampliou os projetos regionais nessa linha. Ações Conjuntas de Cooperação entre Países da Amazônia para Combater a Malária e Ações Conjuntas de Cooperação entre países da Amazônia para a rede de Vigilância Epidemiológica vem sendo buscadas, visando melhorar as formas preventivas (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

Quanto aos sistemas educativos, a OTCA defende claramente todas as possibilidades de ampliar a qualidade e a cobertura dos sistemas educativos, necessários também para o desenvolvimento sustentável da região.

(...) deve-se incentivar a pesquisa científica, a geração de conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a formação de recursos humanos orientados à busca de soluções para os problemas econômicos, sociais, ecológicos, educativos e culturais da Amazônia, como condições *sinequa non* para enfrentar os desafios colocados pela promoção do desenvolvimento sustentável (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010, p. 60).

A importância da modernização e a infraestrutura para a busca do desenvolvimento sustentável é inegável. Diante disto a última área programática “Infraestrutura de Transporte, Energia e Telecomunicações” abrange iniciativas visando à promoção do espaço amazônico, ademais, essa importância foi reconhecida pelos Presidentes quando a fragmentaram como uma das áreas prioritárias a serem desenvolvidas. Não obstante, das iniciativas voltadas à integração da infraestrutura da região, a de maior destaque é a Iniciativa para a Integração da

Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) qual conta com o apoio dos oito países amazônicos e mais quatro países da América do Sul (PLANO ESTRATÉGICO, 2010).

4.2.2 A Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica

Seguindo a dinâmica, a fim de compreender a forma como a atual Organização do Tratado de Cooperação Amazônica incorpora a questão do desenvolvimento sustentável, não se pode deixar de ater considerações para a elaboração da Agenda Estratégica da OTCA, fruto da Declaração sobre a OTCA feita pelos Chefes de Estado dos Países Membros no mês de Novembro do ano de 2009.

A nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica foi aprovada na X Reunião dos Ministros das Relações Exteriores. Sua nova visão representou um conjunto de intenções depois de observadas às necessidades impostas visando responder aos desafios existentes, onde houvesse o respeito à diversidade, e a preservação do patrimônio comum amazônico. A nova agenda foi proposta em detrimento do Plano Estratégico 2004-2012, que até então norteava as atividades a serem desenvolvidas pela OTCA (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010).

A elaboração da nova Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica constitui um relevante evento da história de evolução por que passou a OTCA. Nela fora exposta a visão, a missão e os objetivos estratégicos da OTCA, a partir da condução de dois eixos: a) conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis; b) desenvolvimento sustentável. Portanto, consistiu em uma estratégia de atendimento as necessidades dos países membros, a partir da análise e estudo conjunto das suas possíveis solicitações (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010).

A Agenda com base nas proposições iniciais de elaboração, aponta uma orientação relacionada à necessidade de respeito pelo espaço amazônico onde os recursos venham a ser utilizados de maneira consciente, considerando assim sua escassez. É visível desta forma que a busca pelo desenvolvimento sustentável da região é prioridade para a OTCA.

Essa prioridade é visualizada se nos atentarmos aos objetivos estratégicos da OTCA que abrangem uma variada gama de necessidades para a região: a) a melhora da qualidade de vida; b) manter ativa a busca pela soberania da região; c) incentivar as medidas que levem a

um maior aproveitamento dos recursos disponíveis; d) buscar formas de um maior aproveitamento dos recursos, sempre de maneira equilibrada; e) estimular o respeito e a consideração pelos conhecimentos e cultura de todos os povos que nela vivem; f) buscar sempre promover a melhora das condições de vida da população amazônica, em especial aquelas que se apresentarem mais vulneráveis.

A Agenda buscou abordar os temas³² e as atividades³³ quais se tornam necessárias para que o desenvolvimento sustentável da região se concretize, bem como os mecanismos que vêm sendo geridos pelos países membros da região. “A nova Agenda incorpora uma visão transversal e multissetorial de todos os programas, projetos e atividades identificados, a fim de dar resposta às inquietações e solicitações dos Países Membros e aos mandatos do TCA” (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010).

Na Agenda Estratégica está disposta uma combinação de abordagens temáticas, das quais não poderá fugir quaisquer que venham a serem as iniciativas de um desenvolvimento sustentável. Essas abordagens foram assim expressas:

- a) florestas;
 - b) recursos hídricos;
 - c) gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e flora selvagens ameaçadas;
 - d) áreas protegidas;
 - e) uso sustentável da biodiversidade e promoção do biocomércio
 - f) assuntos indígenas;
 - g) gestão do conhecimento e intercâmbio de informação;
 - h) gestão regional de saúde;
 - i) infraestrutura e transporte;
 - j) navegação comercial e turismo;
 - k) temas emergentes como desenvolvimento regional, mudanças climáticas e energia
- (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010).

A primeira abordagem faz referência a “conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis” e se baseia na obtenção de um espaço equilibrado onde o ambiente esteja de acordo com as necessidades da população, a partir da gestão correta dos recursos hídricos, florestais, do acompanhamento das espécies da flora e da fauna, do enfoque dado às áreas protegidas, e do uso consciente da biodiversidade. Em relação à subabordagem “áreas protegidas”, qual se enquadra no âmbito desta primeira, a Agenda Estratégica visa “fortalecer a gestão dos sistemas nacionais de áreas protegidas sob um enfoque ecossistêmico, contribuindo para a conservação da biodiversidade num contexto regional”.

³² As informações acerca dos temas tratados foram extraídas da Agenda Estratégica, 2010.

³³ As informações acerca das atividades tratadas foram extraídas da Agenda Estratégica, 2010.

Para o acompanhamento da situação das espécies da flora e da fauna, a Agenda propõe que diretrizes venham a ser impostas buscando um maior monitoramento e fiscalização com relação a essas espécies, evitando que as mesmas sofram com ameaça de extinção.

Na agenda Estratégica, grande ênfase é dada ao papel da gestão correta das florestas para o bem estar da humanidade. Para tanto, algumas iniciativas são adotadas como forma de conscientização de sua importância, entre elas: monitoramento e cobertura do controle florestal; propor mecanismos de incentivo ao reflorestamento; promover ações de prevenção e controle de incêndios florestais; promover a reabilitação de ecossistemas florestais (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010).

Em relação aos recursos hídricos, ficam evidente os esforços voltados à gestão eficiente desses recursos. Nesta abrangência, tem-se como objetivo tornar possível que as populações venham a ter um maior acesso ao recurso água, isto de maneira mais justa. As ações voltadas a este recurso visam ainda dar atenção especial ao serviço de saneamento básico, qual tratará de promover uma melhora das condições de vida das populações, em especial, aquelas que residem em proporções do espaço mais defasadas, e em piores condições. Para tanto, está entre suas atividades iniciais a promoção da gestão dos recursos hídricos, de maneira integrada e integral.

A preocupação com a maneira qual vem o homem utilizando da biodiversidade, faz com que na Agenda Estratégica esteja também presente esta preocupação. Para tanto, mecanismos são adotados na tentativa de estimular o comércio de produtos oriundos da biodiversidade amazônica de maneira justa, agregando valor a estes e os distribuindo de maneira justa, com ênfase a prioridade de desenvolver o espaço local e a segurança alimentar dos povos. Nesse sentido, visa promover o diálogo entre os países signatários na busca pela formulação de políticas destinadas ao biocomércio.

Na sequência, a Agenda volta-se as ações destinadas a “pesquisa, tecnologia e inovação em biodiversidade amazônica”, com o objetivo de adotar medidas que fortaleçam e desenvolvam os conhecimentos das populações amazônicas no âmbito dos conhecimentos acerca da conservação e do uso sustentável da biodiversidade nela existentes. Na busca pelo desenvolvimento destes conhecimentos a Agenda formula e implementa programas conforme as necessidades.

A segunda abordagem orienta considerações acerca dos “assuntos indígenas”. Nesta, é enfático a necessidade de articular projetos e programas visando a maior inclusão e participação das comunidades indígenas na gestão dos recursos naturais. Neste sentido, são pensadas ações envolvendo toda a abrangência do espaço: terra, território, desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, saúde, ordenamento territorial, destas populações.

As ações e projetos da OTCA no âmbito dos assuntos indígenas contam com o apoio da Fundação Nacional do Índio. Em Maio do ano de 2014 o compromisso foi reafirmado perante a OTCA mediante encontro da Presidenta da FUNAI, Sra. Maria Augusta Assirati com a comitiva da OTCA. O encontro presidiu após a participação da Presidenta na V Reunião de Altas Prioridades de Assuntos Indígenas da OTCA, que foi realizada em Setembro de 2013, em Georgetown, na Guiana. A reunião “teve como objetivo discutir os compromissos assumidos pela Fundação em diversas atividades de cooperação para os povos indígenas da região” (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2014).

Na reunião foram reforçadas ações envolvendo toda a abrangência tal como mencionada na Agenda Estratégica, tais como terras e territórios, conhecimentos tradicionais e a promoção dos direitos dos povos (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2014).

A terceira abordagem propõe ações voltadas a “gestão do conhecimento e o intercâmbio de informações” priorizando o intercâmbio de informações, o conhecimento e a tecnologia ao longo das áreas temáticas da Agenda, prezando pelo respeito, pela harmonia e o equilíbrio das condições de acesso. Ainda garantindo o entender dos diálogos que visem contribuir para a redução dos danos ambientais, por meio da criação de um espaço propício ao diálogo entre as instituições acadêmicas, fortalecendo assim o entendimento da importância de uma gestão sustentada dos recursos naturais.

A saúde das populações amazônicas também é preocupação da OTCA, para tanto a próxima abordagem orienta a “gestão regional da saúde”. Aqui, as ações voltam-se a criação de instrumentos estratégicos que institucionalizem a Vigilância de Saúde Ambiental na região voltados em especial a aquelas doenças mais frequentes na região.

A quinta abordagem faz ressalva a melhora dos sistemas de “infraestrutura e transporte”, no qual deve vir a ser harmonizado com a preservação dos recursos naturais e do paisagismo. Através da Agenda a OTCA estimula o diálogo entre os Países membros visando os deixar cientes dos impactos quais essa melhora e expansão podem vir a gerar caso não venham acompanhado de uma gestão correta dos recursos naturais.

O turismo é também visto como possível forma de desenvolver a região de maneira sustentável, para tanto, “circuitos regionais integrados” são estabelecidos na região de forma integrada visando promovê-lo de modo sustentável. Compõem os circuitos: Amazon-CaribbeanTourismTrail (ACTT), Amazon-Andes-Pacific Route (AAPR), AmazonWaterRoute (AWR). Contribuem para este, o apoio aos países membros para ações turísticas quais venham a gerar benefícios para as comunidades da região e os esforços voltados a tornar a região digna de uma boa imagem através do turismo sustentável (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010).

No sentido de fortalecimento do turismo sustentável, a notícia do Ministério do Turismo, de 21.07.2010 faz referência a uma reunião ocorrida em Manaus (AM) no qual participaram os países membros da OTCA, e onde foi aprovado estratégias para o desenvolvimento do turismo sustentável na região amazônica. As ações aprovadas nortearam o curto, o médio e o longo prazo no que diz respeito ao fluxo turístico, tendo como enfoque a garantia de boas condições de vida das populações indígenas e dos recursos naturais. Neste momento, foi exposto pelo diretor executivo da OTCA, Sr. Mauricio Dorfler, a respeito da OTCA:

(...) instituição facilitadora da cooperação entre os países amazônicos, trouxe para discussão uma proposta de agenda com cinco linhas estratégicas de ação de desenvolvimento do turismo regional. São elas: sistematização da informação regional do turismo, criação de circuitos integrados transfronteiriços, desenvolvimento do turismo comunitário, fortalecimento da imagem turística da Amazônia e criação de mecanismo de financiamento regional do turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

O que se percebe portanto, é a voz ativa da OTCA na busca pelo fortalecimento do turismo sustentável da região, por meio de ações e projetos buscados de forma compartilhada.

O “fortalecimento institucional, financeiro e jurídico” também encontra-se presente na Agenda onde através de uma organização moderna e dinâmica os objetivos buscados poderão ser melhor atendidos. Entre suas atividades estão:

- i. Apoiar o fortalecimento das Comissões Nacionais Permanentes nas modalidades pertinentes a cada país, com a finalidade de facilitar e agilizar seu trabalho.
- ii. Alinhar o desenho institucional da OTCA a fim de ter uma organização ágil, desburocratizada, efetiva e que gere resultados concretos segundo a perspectiva dos Países Membros.
- iii. Reforçar a OTCA como fórum de diálogo político e espaço para impulsionar uma agenda regional.
- iv. Implementar o novo papel da SP/OTCA como articuladora, facilitadora, coordenadora, promotora e geradora de informação.
- v. Implementar uma rede OTCA de informação oportuna e eficiente com novas tecnologias e conexão com as Comissões Nacionais Permanentes através dos

Ministérios das Relações Exteriores e de diferentes agentes setoriais nacionais e regionais.

vi. Publicar e atualizar uma agenda de atividades com informação de todas as áreas temáticas, ou através de uma rede OTCA.

vii. Fazer gestões para conseguir apoio financeiro para programas específicos e acordados por consenso da OTCA.

viii. Assessorar os Países Membros nas reuniões das organizações internacionais quando solicitado.

ix. Desenhar mecanismos de facilitação para abordar temas setoriais.

x. Criar uma seção de orientação e apoio jurídico e abrir a possibilidade de convocar equipes de especialistas para orientação técnica e financeira.

xi. Promover a cooperação com organizações internacionais regionais e sub-regionais afins (AGENDA ESTRATÉGICA, 2010, p. 51).

Os temas presentes no debate atual detêm importância na abrangência da Agenda, desta forma, orientam a última abordagem visando a adoção de esforços para reduzir seus impactos. Assim, são expostos por categoria de assuntos:

- a) Ações buscando coordenar esforços acerca dos impactos das mudanças climáticas na região – prezando pela defesa dos povos que ali habitam. De acordo com o diretor executivo da OTCA, Mauricio Dorfler “os impactos mais graves das mudanças climáticas estão nas inundações, secas e incêndios florestais” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – BR)
- b) A articulação de programas e projetos que elevem o grau de desenvolvimento da região amazônica – de forma sustentável;
- c) Zelar pelas formas de uso e consumo de energias menos poluentes para a região, ou seja, aquelas que melhor inserem-se na harmonia com os recursos naturais.

4.3 O QUADRO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO

4.3.1 O Projeto Monitoramento do Desflorestamento, Aproveitamento Florestal e Mudanças de Uso do solo na Floresta Pan Amazônica

O Projeto tem por objetivo dar apoio aos Países Membros da OTCA na tentativa de aprimorar a governança dos temas florestais amazônicos, por meio de ações que de monitoramento florestal e acompanhamento das mudanças geradas meio ao uso da terra. O financiador do Projeto é a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT), porém, tem o Projeto contado com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE). Este Projeto foi implementado no âmbito do Programa Temático do Desflorestamento e Degradação Florestal e Melhoramento dos Serviços Ambientais (REDDES).

4.3.2 O Projeto GEF Amazonas

O projeto Manejo Integrado e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços da Bacia do Rio Amazonas Considerando a Viabilidade e as Mudanças Climáticas, qual é denominado *Projeto GEF Amazonas* visa através do fortalecimento institucional orientar as atividades voltadas ao uso sustentável dos recursos hídricos da região amazônica.

O Projeto GEF Amazonas contempla ações envolvendo três instituições. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) qual é o responsável pela implementação do Projeto. A execução fica a cargo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que implementa estratégias visando seu sucesso, conquanto que o financiamento fica por sob responsabilidade do Fundo Global para o Meio Ambiente³⁴ (GEF).

Entre os objetivos buscados pelo Projeto está o desenvolvimento do Plano Estratégico de Ação (PEA) para a bacia amazônica, além de criar um espaço qual possibilite que esse Plano possa vir a ser aplicado. O Plano servirá para nortear as aplicações do projeto e o seu

³⁴ A sigla em inglês GEF qual contempla o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, é uma agência internacional criada após a Conferência do Rio 1992, qual visa prover fundos de concessão para a promoção de projetos e programas destinados a benefícios ao meio ambiente. Norteia seis áreas: mudanças climáticas, diversidade biológica, águas internacionais, poluentes orgânicos, destruição da camada de ozônio, e apoio aos acordos globais voltados a desertificação (WORLD BANK, 2012).

possível desenvolvimento, desta forma o PEA aparece como “um elemento chave para o êxito do uso sustentável e a gestão integrada dos recursos hídricos, e para promover a adaptação às mudanças climáticas, mediante a execução de um programa de atividades de apoio” (OTCA).

Compõem a execução do projeto alguns componentes:

Componente I: Entendendo a sociedade amazônica – busca por meio de uma visão conjunta entre os países signatários, identificar as necessidades e os objetivos de cada um dos atores;

Componente II: Compreender a base dos recursos naturais – visa elaborar, por meio de estudos científicos uma Análise de Diagnóstico transfronteiriço (ADT) da Bacia Amazônica, para assim ter-se ciência da situação atual da região;

Componente III: Formulação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) – formula diretrizes através dos princípios do Manejo Integrado de Recursos Hídricos (MIRH) para desenvolver respostas para as práticas de manejo não sustentáveis dos recursos existentes na região;

Componente IV: Gestão do Projeto – visa gerir o Projeto, garantindo assim o sucesso do mesmo;

Componente V: Monitoramento e Avaliação do Projeto – busca o monitoramento e acompanhamento contínuo do Projeto, buscando assim identificar suas possíveis necessidades processuais. Além disso, permeia de igual forma o Projeto, avaliações constantes.

A importância do Projeto foi expressa pelo Secretário Geral da OTCA, Robby Ramlakhan:

Os efeitos das mudanças na poluição e provisão das águas, subterrânea e superficial, estão na nossa agenda estratégica para garantir a sustentabilidade e sobrevivência dos povos amazônicos. Hoje estamos implementando dois projetos, amanhã podem ser dez, mas sempre levando em consideração a importância da água para a população (AGÊNCIA BRASIL, 2014).

Portanto, conforme a exposição de Robby Ramlakhan a busca central do Projeto é a sobrevivência dos povos que habitam a região amazônica, através da melhora das condições de vida das populações, meio o uso sustentável dos recursos hídricos lá disponíveis.

Exemplo disto, é a formulação de iniciativas visando o enfrentamento de problemas ligados a mudança no comportamento dos peixes, que podem vir a comprometer a segurança

alimentar humana, outras ligadas a contaminação da água em decorrência da extração ilegal de minérios, além daquelas que permeiam o despejo de resíduos de forma inadequada ao longo dos rios amazônicos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - BR).

4.3.3 O Projeto Sistemas de Vigilância em Saúde Ambiental na Região Amazônica

O foco do Projeto Sistemas de Vigilância em Saúde Ambiental na Região Amazônica é a construção de um sistema em consenso de indicadores e estratégias que visem institucionalizar a vigilância sanitária da região, e que esteja de acordo com Regulamento Sanitário Internacional. O Projeto trata de facilitar as ações daqueles quais são responsáveis pela formulação das políticas públicas para a região, visto que o estudo de sua abrangência já estaria posto. A realização do Projeto está sob responsabilidade da OTCA, e a mesma, conta com apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a Cooperação Técnica da UNAMAZ, FIOCRUZ, entre outros.

4.3.4 Programa Regional Amazônia – PRA

Denominado Programa Regional Amazônia – PRA, o Programa Uso Sustentável e Conservação de Florestas e da Biodiversidade na Região Amazônica tem sua origem a partir da cooperação entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, a Cooperação Internacional dos Países Baixos (DGIS) e a Cooperação para o Desenvolvimento da Alemanha (BMZ e GIZ).

Atualmente, o Programa está em sua segunda fase de execução e busca o fortalecimento da cooperação para o manejo sustentável dos recursos naturais da região amazônica. Entre suas ações o Programa busca atingir resultados numa ampla gama de assuntos, são eles:

- a) Florestas;
- b) Biocomércio;
- c) Turismo sustentável;
- d) Assuntos indígenas;
- e) Fortalecimento institucional.

4.3.5 Programas demonstrativos nos Países Membros

Os programas demonstrativos locais são uma forma de incentivo ao fomento do manejo florestal comunitário e ao uso sustentável da biodiversidade. Tais projetos são promovidos pela OTCA por intermédio do PRA e representam a oportunidade de tornar efetivo os esforços voltados ao desenvolvimento sustentável da região, nas suas especificidades. Ademais, os projetos envolvem diferentes etapas.

No âmbito do desenvolvimento desses programas, são atualmente desenvolvidos dois:

- a) Projeto Binacional Acre-Ucayali: Fortalecimento da Integração Fronteiriça Acre – Ucayali – extensão Peru-Brasil, qual tem por objetivo apoiar uma gestão correta dos recursos da flora e da fauna naquelas regiões que representam alto interesse sociocultural e ambiental na área fronteiriça Ucayali-Acre. O que propicia a realização do projeto é o fortalecimento do Foro de Integração Fronteiriça entre as fronteiras do Peru (Ucayali) e Brasil (Acre), a partir das Comissões Nacionais e dos grupos de apoio, que trará como resposta à melhora dos resultados ligados a conservação dos recursos naturais. Como forma ainda de fortalecimento das ações, o projeto conta com Organizações Não Governamentais e grupos indígenas que introduzem comissões técnicas e reuniões buscando tornar o projeto ativo. Apoiam o projeto o PRA, a Fundação Peruana para a Conservação da Natureza e a ONG SOS Amazônia, que contribuem com ajuda financeira. O projeto encontra-se sob construção da segunda fase.
- b) Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Corredor de Gestão entre as Áreas Protegidas La Paya (Colômbia), Gueppi (Peru) e Cuaybeno (Equador) – Projeto Trinacional – extensão Colômbia-Peru-Ecuador, neste, sua implementação deveu-se a necessidade de contribuição com a consolidação do Corredor de Gestão La Paya-Gueppi-Cuyabeno para com o desenvolvimento sustentável da região por meio

da contribuição dos três países. O projeto orienta ainda, o planejamento conjunto das ações sustentáveis. Seu estágio de implementação encontra-se em andamento (OTCA).

5 CONCLUSÕES

A análise da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica foi desenvolvida no intuito de se identificar as ações que vem sendo desenvolvidas pelos países amazônicos, visando a defesa do rico território disposto em suas extensões. Desde o começo, a motivação voltou-se ao fato de poder estar analisando de forma minuciosa a forma como a Organização articulou-se, e passou a inserir a preocupação para com o meio natural nas suas prioridades.

No estudo, reconheceu-se as inúmeras riquezas que a Amazônia possui ao longo de toda sua extensão, qual permeia oito países do globo. Neste, fez-se considerações acerca dos elementos que ao longo de seu espaço podem ser encontradas, bem como sua importância para a humanidade. Adotou-se a colocação da necessidade de expansão das economias, porém, de forma equilibrada para com o meio natural. Afinal, como bem constatou-se, o espaço natural e as riquezas nele disponíveis, são essenciais para as formas de reprodução do capital.

Identificar as iniciativas buscadas como forma de proteção ao meio natural é de grande relevância para o evoluir da sociedade. Demorou para que a humanidade se desse conta da relação conflituosa entre o homem e a natureza a que estava a se formar. As economias ao tempo em que passavam pelo processo de industrialização de seus países, não consideravam as reações adversas que esta busca poderia vir a causar. Foi somente em meados dos anos 1970, face as exigências do movimento internacional, decorrente dos acontecimentos que estavam a se fazer presentes, que as questões de cunho ambiental passaram pois a fazer parte do debate. Desde então, não se pode marginalizar quaisquer que venham a ser as ações voltadas a preservação do meio natural. Devemos reconhecer que a questão ambiental percorrerá as próximas gerações.

A escolha da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica como objeto de estudo não deveu-se apenas ao fato de representar uma iniciativa brasileira, mas também, por representar de fato, um ator ativo na busca pelo uso consciente dos recursos naturais. Foram estes os fatores que contribuíram para a curiosidade de analisá-la.

A OTCA contribui para a busca do desenvolvimento sustentável da região amazônica. Por sua vez, a Organização propõe uma transversalidade de temas considerados como de

grande importância para a busca deste. Para tanto, desenvolve iniciativas englobando uma série de áreas temáticas, adotadas, visando atingir o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável da região. Essas áreas temáticas abrangem as florestas, os recursos hídricos, as áreas protegidas, a proteção e o acompanhamento das espécies da flora e da fauna, o uso sustentável da biodiversidade, o estímulo ao biocomércio, a atenção dada as comunidades indígenas, a gestão do conhecimento e o intercâmbio de informações entre os povos, a gestão dos recursos da saúde, infraestrutura e transporte, o desenvolvimento do turismo sustentável, energia, o desenvolvimento regional e as mudanças climáticas. As áreas temáticas foram de igual forma analisadas ao longo do estudo.

Por mais que a proposta inicial de condução do Tratado de Cooperação Amazônica, como visto ao longo do estudo, anterior ao seu fortalecimento institucional tenha sido uma maior integração física da região, a Organização hoje representa um ator de grande importância na busca pelo desenvolvimento sustentável da região. Reconheceu-se por parte da Organização, o papel estratégico que a Amazônia detém para o desenvolvimento das populações atuais e para as gerações futuras. Seu potencial natural vem passando por tentativas de uso equilibrado, buscando atender as necessidades das gerações presentes, porém de forma que as próximas gerações possam de igual forma utiliza-las. Portanto, o desenvolvimento sustentável da região amazônica é nos dias atuais prioridade nas iniciativas da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

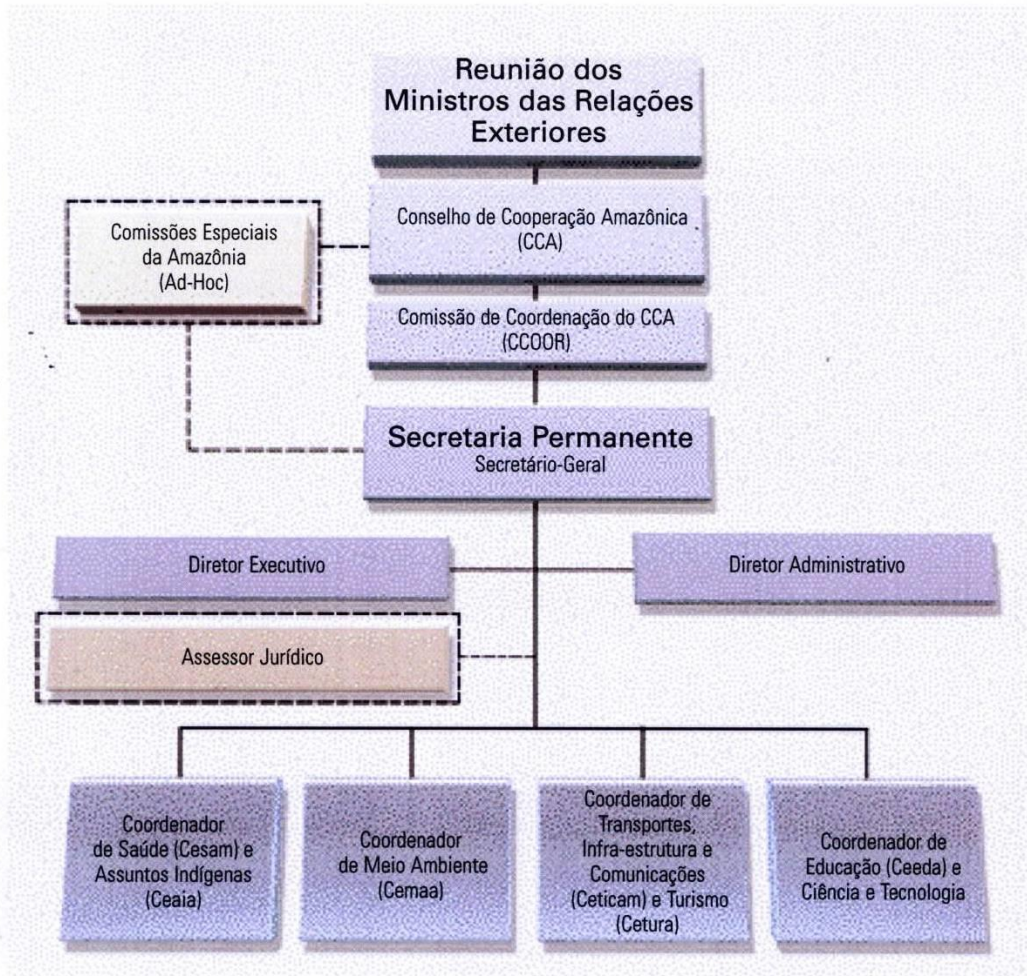
A vista disso, a análise do estudo consistiu na proposta de apresentar ao leitor, o surgimento de atores com iniciativas voltadas a preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, num contexto gerado pela má gestão do meio natural.

Após este estudo, conclui-se, que as ferramentas e o conhecimento necessário para a preservação do meio natural e para um desenvolvimento sustentável estão em nosso poder. A OTCA por sua vez, contribui para esta busca através de suas iniciativas.

ANEXOS

ANEXO 01

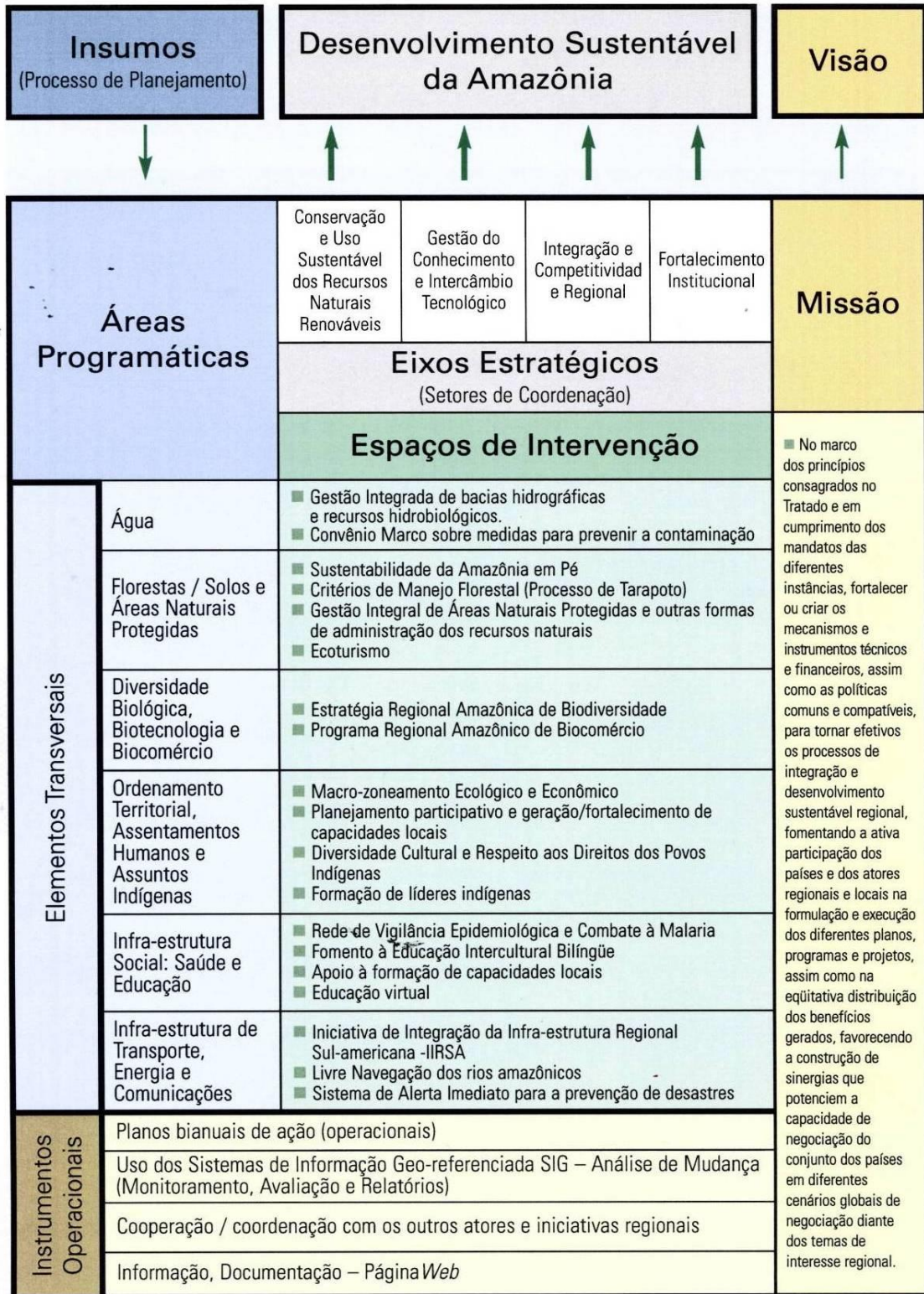
Organograma da Secretaria Permanente



Fonte: OTCA. Plano Estratégico 2004-2012.

ANEXO 02

Matriz Lógica do Plano Estratégico



Fonte: OTCA. Plano Estratégico 2004-2012.

ANEXO 03

Matriz Síntese da Agenda Estratégica

VISÃO DA AMAZÔNIA E DA OTCA			
CONTEÚDO TEMÁTICO GERAL	EIXOS DE ABORDAGEM TRANSVERSAL		
	Conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis	Desenvolvimento sustentável	
AGENDAS SETORIAIS	Conservação e uso sustentável dos recursos naturais renováveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Florestas. • Recursos hídricos. • Gestão, monitoramento e controle de espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas pelo comércio. • Áreas Protegidas. • Uso sustentável da biodiversidade e promoção do biocomércio. • Pesquisa, tecnologia e inovação em biodiversidade amazônica. 	MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
	Assuntos Indígenas.	<ul style="list-style-type: none"> • Povos Indígenas em isolamento voluntário e em contato inicial. • Proteção dos conhecimentos tradicionais dos Povos Indígenas e outras comunidades tribais. • Terras e territórios indígenas e outras comunidades tribais. • Novos temas. 	
	Gestão do conhecimento e intercâmbio de informação.		
	Gestão regional de saúde.	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação com outras iniciativas. • Vigilância epidemiológica. • Saúde ambiental. • Desenvolvimento de sistemas de saúde. • Tecnologias para melhorar a eficiência e eficácia de intervenções em saúde. • Determinantes de saúde na Amazônia. • Políticas de recursos humanos para a Amazônia. • Impulso, fortalecimento e consolidação da investigação na Amazônia. • Financiamento da agenda de saúde. 	
	Infraestrutura e transporte.	<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura de transporte. • Navegação comercial. 	
	Turismo.	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização da informação turística na Amazônia. • Criação de circuitos regionais integrados. • Desenvolvimento do turismo de base comunitária ambientalmente sustentável. • Fortalecimento da imagem turística da Amazônia. • Proposta para contar com um mecanismo de financiamento regional de turismo. 	
	Fortalecimento institucional, financeiro e jurídico.		
	Temas emergentes.	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças Climáticas. • Desenvolvimento Regional. • Energia. 	
MAPA DE ATIVIDADES E PAPEL DA SP/OTCA			

Fonte: OTCA. Agenda Estratégica, 2010

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Organização de Cooperação Amazônica faz balanço de projetos hídricos**. 21 Março, 2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/otca-comemora-dia-mundial-da-agua>. Acesso em: 02 de Junho, 2014.
- ANTIQUEIRA, D. Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em Organização Internacional (1978-2002)**. Agosto/2006. Campinas, SP.
- CAMARGO, Aspásia. **Governança para o século 21**. In: Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores associados), 2008.
- CAPRA Fritjof. **Alfabetização Ecológica: O desafio para a educação do século 21**. In: Meio Ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores associados), 2008.
- CASTRO, M. H. Monteiro. **A Amazônia - Soberania e Desenvolvimento sustentável**. Brasília: Confea. Série pensar o Brasil e construir o futuro da nação. 1º edição, agosto de 2007.
- CEMIG. **Alternativas energéticas: uma visão Cemig**. Belo Horizonte, 2012.
- COSTA, R. S; SILVA. K. S. **Organizações internacionais de integração regional: União Europeia, Mercosul e Unasul**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Fundação Boiteux, 2013.
- COSTA, Rogério Santos. **A América do Sul vista do Brasil: A estratégia de integração do Governo Lula**. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Dezembro de 2010.
- CUNHA, C. Manuela. **O futuro da questão indígena**. In: Estudos avançados 8(20), 1994.
- ESCOBAR, Herton. **O maior bioma do mundo**. In: O Estado de São Paulo. Amazônia. Grandes reportagens. São Paulo, 25 de Novembro de 2007.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Funai reafirma compromissos internacionais junto a OTCA para cooperação amazônica sobre os direitos dos povos indígenas**. 12 Maio, 2014. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2797-funai-reafirma-compromissos-internacionais-junto-a-otca-para-cooperacao-amazonica-sobre-os-direitos-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 02 de Junho, 2014.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **“Os desafios da nova geração”** In: Revista e Economia Política. Vol. 24, nº 4 (96) outubro-dezembro 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
 GUERREIRO, Ramiro Saraiva. “**Palestra na Escola Superior de Guerra**”. In: Resenha de Política Exterior do Brasil abr/mai/jun 1984, no. 42. Brasília: MRE, 1984.

HURRELL, A.; KINGSBURY, B. *The international Politics of the Environment*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Teen. Mão na Roda – Unidades de Conservação e terras indígenas. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/protacao-ao-meio-ambiente-unidades-de-conservacao-e-terras-indigenas>>. Acesso em: 30 de Maio, 2014.

LAYRARGUES, Pomier Philippe. **Do eco desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito?** In: Proposta, nº 25, p. 5-10. 1997.

LOEBENS, E. H. F; CARVALHO, P. D. **A Amazônia indígena: conquistas e desafios**. Estudos avançados 19 (53), 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – Série biodiversidade nº 1 - MMA Secretaria de biodiversidade e florestas – **Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade – Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB** – cópia do decreto legislativo nº 2, de 5 de junho de 1992. Brasília (DF) MMA, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Por um turismo amazônico integrado e sustentável**. 21 de Julho, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100721-1.html>. Acesso em: 02 de Junho, 2014.

NEDER, T. Ricardo. “**Limites políticos-institucionais ao desenvolvimento sustentável no Brasil**”. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Orgs). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995, 37-71.

NOSSO FUTURO COMUM. **Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agência da ONU apoia programa que busca conservar riqueza da Amazônia**. 07 de Março, 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/agencia-da-onu-apoia-programa-que-busca-conservar-riqueza-da-amazonia/>>. Acesso em: 02 de Junho, 2014.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). **Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica**. Brasília. 2010.

_____. **Plano Estratégico 2004-2012**. Brasília. 2004.

_____. **Comissões Especiais**. Disponível em: <<http://www.otca.info/portal/comissoes-especiais.php?p=otca>>.

_____. **Coordenações.** Disponível em:
<<http://www.otca.info/portal/coordenacoes.php?p=otca>>.

_____. **Protocolo de Ementa.** Disponível em:
<http://www.otca.info/portal/admin/_upload/protocolo/protocolo_emenda_otca.pdf>.

_____. **Regulamento da Comissão de Coordenações do Conselho de Cooperação Amazônica.** Disponível em: <http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/155-Regulamento_CCOOR_final_port.pdf>.

_____. **Regulamento da Reunião de Ministros de Relações Exteriores.** Disponível em:
<http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/156-Regulamento_MMRREE_final_port.pdf>.

_____. **Regulamento da Secretaria Permanente.** Disponível em:
<http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/747-Regulamento_SPOTCA_PT.pdf>.

_____. **Regulamento do Conselho de Cooperação Amazônica.** Disponível em:
<http://www.otca.info/portal/admin/_upload/documentos/308-Regulamento_CCA_final_port.pdf>.

_____. **Reunião de Presidentes.** Disponível em: <<http://www.otca.info/portal/reuniao-de-presidentes.php?p=otca>>.

PEREIRA, J. E. Alves. **Geopolítica, Segurança jurídica e inserção do Brasil na questão energética Internacional.** In: Revista da Escola Superior de Guerra – V. 25, nº 51 (jan/jun) 2010 – Rio de Janeiro: ESG, 2010.

PRADO J. Caio **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasileira, 1970.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos.
DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012.

PRESTON, Lewis, T. **Redução da pobreza e proteção do meio ambiente – um chamado à ação.** Discurso a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1ª edição. Rio de Janeiro, Brasil, 4 de Junho de 1992.

PROCÓPIO, Argemiro. **Amazônia: Ecologia e degradação Social.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1992.

RAMIRES, E. Henrique. **Amazônia Legal, Como mantê-la brasileira: Proposta para preservar a soberania da região.** In: Revista Superior de Guerra. – V. 25, n. 51 (jan/jun) 2010 – Rio de Janeiro: ESG, 2010.

RAVENA, Nírvia; CAÑETEI, Voyner R. **Reflexões sobre a interação Pan Amazônica: O papel da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na regulação da água.** In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.9, n.1, 2007. – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

RICUPERO, Rubens. O Tratado de Cooperação Amazônica. Revista de Informação legislativa. Brasília, n. 81, ano 21, p. 177-196, jan/mar. 1984.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde.** In: Estudos avançados, 19 (55), pág. 195-214 – São Paulo. Dezembro 2005.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. **Cooperação Internacional e gestão transfronteiriça da água na Amazônia.** Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SILVA, Álvaro Cesar Souza. **Uma abordagem neo institucionalista sobre a atuação do Tratado de Cooperação Amazônica na Amazônia Continental.** Brasília, 2008, UNB. Monografia de conclusão de curso de especialização em Relações Internacionais.

SOLA, Fernanda et. al. **Responsabilidade Civil Ambiental nos Países Integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica.** Disponível em:
http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_ambiental_fernanda_sola_e_outros.pdf.

SOUSA, D.C.B. **Amazônia Sustentável: uma abordagem transdisciplinar da institucionalidade da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica para a governança participativa.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

THEYS, J. L' Environnement à La recherche d'une définition. Institut Français de l' Environnement, Note de Methode n. 1, 1993.

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA – TCA. Disponível em:
<http://otca.info/portal/tratado-coop-amazonica.php?p=otca>.

VEIGA, J. E. **A emergência socioambiental.** São Paulo: Editora SENAC, 2007.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

_____. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora SENAC, 2010.

ZANETTI, E. Augusto. **Indicadores para a avaliação do manejo florestal sustentável: a Amazônia brasileira no cenário mundial**. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, 2012.